

Gasolina cara reduz vantagem de carros mais econômicos

Os carros ano 2022 estão menos poluentes e mais econômicos. Trata-se de uma evolução determinada pela sétima fase do Proconve (Programa de Controle de Emissões Veiculares), que tem força de lei. Mas o consumidor que comprou um automóvel zero-quilômetro recentemente não sentirá todo alívio esperado na hora de abastecer, e o problema está no preço do combustível.

O Instituto Mauá de Tecnologia realizou, testes que comparam o consumo de carros produzidos sob a nova norma com o gasto de suas versões anteriores, adequadas à sexta fase do programa. Os resultados confirmam as melhorias.

A versão 2021 do sedã Honda City, por exemplo, foi capaz de percorrer 11,1 quilômetros com um litro de gasolina durante o teste Fo-

lha-Mauá. Já o modelo 2022, que recebeu tecnologias como injeção direta de combustível, registrou a média urbana de 12,9 km/l.

Contudo, o valor médio do litro da gasolina passou de R\$ 6,34 para R\$ 7,21 nos últimos seis meses, segundo pesquisa mensal divulgada pela ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). Já o etanol teve o preço elevado de R\$ 4,88 para R\$ 5,13 no mesmo período.

Em outubro de 2021, gastava-se o equivalente a R\$ 0,57 por km para rodar com o Honda City “antigo” abastecido com gasolina. Hoje, o dono de um modelo 2022 gasta R\$ 0,56 por km.

Se o preço do derivado do petróleo não tivesse passado por reajustes nos últimos seis meses, o custo por km do Honda 2022 seria de R\$ 0,49.

Já o motorista que dirige

o modelo 2021 viu seu gasto subir de R\$ 0,57 para R\$ 0,65 por km nos últimos seis meses.

Quanto mais se roda, maior a percepção das altas a cada parada no posto. O motorista de aplicativo Wanderlei Santos, 39, registra o consumo de seu Ford Fiesta Sedan 2017 em planilhas. Em abril de 2021, ele anotou um gasto de R\$ 117 ao encher o tanque com etanol -o marcador de combustível estava na reserva. Na última semana, a despesa em condição semelhante ficou em R\$ 237.

“Hoje seleciono as corridas para sempre rodar no contrafluxo, assim não pego muito trânsito e o carro consome menos”, diz Santos. “Tenho que criar essas estratégias, porque com a gasolina a R\$ 7, não dá.”

Eduardo Sodré/Folhapress



Economia



Carnaval fora de época alivia sufoco de loja de fantasias

Página - 03

Governo e Eletrobras refazem cronograma de privatização e veem eleições como desafio

Página - 03



Petrobras: BNDES deixa para depois venda em bloco de R\$ 5 bi em ações

Pág - 05

36% dos brasileiros quer pagar com cripto em lojas físicas, diz pesquisa

Pág - 05

Política

Campanha de Lula tem crise com vaivém de narrativas e disputa na comunicação

Página - 04

Doria tenta adiar para 31 de maio anúncio da terceira via, mas partidos resistem

Página - 04



No Mundo

Russos anunciam plano para tomar sul da Ucrânia



A Rússia avança no território da Ucrânia pelo 59º dia consecutivo e anuncia que pretende dominar toda a região ao sul do país. Diante das ofensivas, o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky acusou a Rússia de preparar um falso referendo de independência nas regiões de Kherson e Zaporizhia, localizadas no sul ucraniano e que estão sob o controle dos militares russos.

O objetivo da Rússia foi anunciado por Rustam Minnekaev, comandante-adjunto do Distrito Militar Central da Rússia, segundo o Tass, uma agência de notícias estatal russa.

“Desde o início da segunda fase da operação especial, que começou literalmente há dois dias, uma das tarefas do exército russo é estabelecer controle total sobre Donbas e sul da Ucrânia. Isso fornecerá um corredor terrestre para a Crimeia”, disse o major.

Essa é a primeira vez que a Rússia detalha uma estratégia de guerra. O anúncio confirma que o país tenta estabelecer um corredor terrestre no território da Ucrânia capaz de conectar a Rússia à Crimeia, península que os russos anexaram ao seu território em 2014.

Ainda de acordo com as agências de notícias Interfax e TASS, o comandante-ad-

junto disse que o controle total da Ucrânia meridional melhoraria o acesso russo à região separatista pró-russa da Transdniestria, que faz fronteira com a Ucrânia e que Kiev teme que possa ser usada como rampa de lançamento para novos ataques.

No início deste mês, Kiev disse que um aeródromo na região estava sendo preparado para receber aeronaves e ser usado por Moscou para voar com tropas que se dirigiam para a Ucrânia. As alegações foram negadas pelo Ministério da Defesa da Moldávia e autoridades da Transdniestria.

Folhapress

Boris Johnson compara Putin a crocodilo e diz que russo é pouco confiável

O primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, comparou o presidente da Rússia, Vladimir Putin, a um crocodilo, ao comentar as negociações de paz entre o Kremlin e o governo ucraniano.

Segundo o premiê, o russo é pouco confiável, o que dificulta as conversas entre os dois países. Johnson disse ainda que Putin deixou claro que quer tomar mais territó-

rio ucraniano e pode lançar novos ataques a Kiev.

“Como você pode negociar com um crocodilo quando ele está com sua perna na mandíbula?”, questionou a repórteres, em um avião rumo à Índia, onde ficará por dois dias. “É muito difícil ver como os ucranianos podem negociar com Putin agora, dada sua manifesta falta de boa-fé.”

Folhapress



Flórida avalia fim de benefícios fiscais à Disney



O estado da Flórida, nos Estados Unidos, avalia acabar com os benefícios fiscais à Disney após a empresa se manifestar contra um projeto de lei que proíbe o ensino de identidade de gênero e orientação sexual nas escolas infantis. Segundo o jornal Miami Herald, a Disney trabalhou nos bastidores para enfraquecer a medida e, além disso, anunciou que reteria contribuições para campanha política no estado.

A possibilidade de os benefícios serem cortados foi citada pelo governador Ron DeSantis em entrevista coletiva hoje. Ele afirmou que parlamentares do estado consideram término de todos os distritos especiais que foram

promulgados na Flórida antes de 1968.

A medida, segundo o governador, acabaria com o Reedy Creek Improvement District, o distrito fiscal especial e órgão administrativo do Walt Disney World Resort.

Esse distrito foi criado por legisladores estaduais na década de 60 e compreende 39 milhas quadradas, duas cidades e terras nos condados de Orange e Osceola. Ele permite que a Disney atue com a mesma autoridade e responsabilidade que um governo do condado.

Na situação atual, a Disney pode controlar seu próprio zoneamento, possui polícia e corpo de bombeiros próprios e atua independentemente de todas as demais re-

gras impostas aos municípios da Flórida.

Depois que um projeto de lei foi aprovado pelo ensino de gênero nas escolas, o CEO da Walt Disney, Bob Chapek, pediu desculpas aos funcionários pela maneira como a empresa lidou com sua posição sobre o projeto e disse que interromperia as doações políticas no estado.

No mês passado, Chapek se manifestou pela primeira vez após a empresa ser criticada por fazer uma doação de US\$ 5 milhões (cerca de R\$ 25 milhões na atual cotação do dólar) para a campanha de políticos que apoiaram um projeto de lei anti-LGBT+, intitulado “Don’t Say Gay”.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Governo e Eletrobras refazem cronograma de privatização e veem eleições como desafio



O pedido do TCU (Tribunal de Contas da União) para analisar por mais 20 dias a privatização da Eletrobras levou governo e empresa a refazerem o cronograma dos próximos passos do processo, mas manterem o esforço para concluir a operação neste ano. A venda de ações da companhia está entre as principais prioridades do ministro Paulo Guedes (Economia) na reta final do mandato do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Membros do Executivo e da companhia ouvidos pela reportagem buscaram demonstrar uma visão otimista ao dizer que a privatização ainda pode acontecer em uma janela que se fecha em meados de agosto. Eles reforçam que não há impedimentos legais para a operação acontecer tão perto das eleições e que a mobilização no Execu-

tivo é grande para concluir o processo.

Entretanto, as condições de mercado em 2022 são reconhecidas por essas pessoas como o principal risco do processo. Como a operação será feita na Bolsa, a aproximação do calendário eleitoral tende a aumentar a tensão entre investidores e pode, por consequência, inviabilizar a operação. Quanto mais o tempo passa, maior o risco de turbulência.

A União tem hoje uma participação de 72% no capital votante da maior empresa de energia da América Latina, e outros 28% ficam com acionistas minoritários. A intenção do governo é abrir mão do controle e, ao fim do processo, passar a deter 45% (os demais acionistas ficariam com 55%).

Na visão do governo e da empresa, a primeira etapa a ser vencida agora é justamen-

te a conclusão da análise do TCU, após o pedido de vista feito pelo ministro Vital do Rêgo.

As expectativas sobre essa fase são em parte otimistas, já que a maioria dos integrantes do órgão já se manifestou de forma favorável à operação. Mesmo assim, não está descartada a necessidade de uma mudança relevante por exigência do tribunal, o que pode complicar o cenário.

Caso o processo seja aprovado sem necessidade de mudanças significativas, o governo ganha sinal verde para o passo seguinte -fazer o registro da operação na CVM (Comissão de Valores Mobiliários, autarquia responsável por fiscalizar o mercado) e na SEC (Securities and Exchange Commission, a CVM americana).

Fábio Pupo/Folhapress

Carnaval fora de época alivia sufoco de loja de fantasias

O Carnaval fora de época ajudou a impulsionar a procura pelas fantasias, um hábito que havia desaparecido com a pandemia.

O mês de abril, que historicamente costuma ser de vendas mais fracas, registrou alta nas vendas da rede Festas e Fantasias, uma das lojas mais tradicionais do ramo na região central de São Paulo.

As vendas estão, em média, de 30% a 40% acima do normal para o mês, segundo Pierre Sfeir, dono da loja.

Durante o feriado de Tiradentes, além do desfile das escolas de samba, em São Paulo e no Rio, alguns blocos independentes se organizam apesar do cancelamento do calendário oficial.

“A gente pensava que teria até mais movimento, por causa dos blocos, mas já está acima do normal. Estamos passando aperto desde o ano passado. Tudo o que vem para nós é ótimo, melhor do que nada”, diz.

No início do ano, o empresário lamentou a suspensão dos blocos de Carnaval pelo segundo ano consecutivo e chegou a estudar o fechamento de lojas.

Sfeir diz que a Páscoa já vinha sinalizando melhora. Segundo ele, as vendas para decoração de shoppings e casas foram 200% superiores às do ano passado. A rede também aposta na volta das festas juninas, mas ressalva que tem receio do impacto inflação.

Joana Cunha/Folhapress



Fábio Pupo/Folhapress

Veja quem vai receber precatórios do INSS em SP e Mato Grosso do Sul em 2023



Os segurados de São Paulo e Mato Grosso do Sul que ganharam ação contra o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) já podem consultar, no site do TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região), se vão receber os precatórios em 2023.

O tribunal encerrou a transmissão de ordens de pagamento dos atrasados acima de 60 salários mínimos que vão entrar no Orçamento do ano que vem. O processamento dos valores ocorre com atraso porque o TRF-3 sofreu um ataque cibernético.

Segundo o órgão, a medida foi possível após o restabelecimento dos sistemas eletrônicos e seguiu a data definida pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), que garantiu prazo de até quatro

dias para a transmissão dos precatórios após o restabelecimento do site.

O prazo regular para o envio das ordens de pagamento das sentenças judiciais transitadas em julgado se encerrou em 2 de abril para todo o país, conforme estabelecido pela emenda constitucional 114, de 2021. Mas, por causa do ataque hacker sofrido pelo TRF3, o CNJ ampliou a data-limite.

Quem vai receber em 2023? Entra no lote de 2023 quem teve a ordem de pagamento de sua ação emitida pelo juiz entre os dias 2 de julho de 2021 e 2 de abril de 2022. Se a expedição ocorrer após essa data o pagamento será só em 2024. Antes da mudança na legislação, a quitação dos precatórios era feita entre julho de um ano e julho

de outro.

Só tem chance de entrar na lista de precatórios quem já ganhou a ação contra o INSS, sem possibilidade de recurso, ou seja, com o processo transitado em julgado. Além disso, o valor do precatório deve ser acima de 60 salários mínimos.

Diferença entre RPV e precatório A RPV (Requisição de Pequeno Valor) é um atrasado de até 60 salários mínimos pago na Justiça Federal a quem ganha ação contra o INSS. Em geral, esses pagamentos saem em até dois meses após a ordem de pagamento do juiz.

Para saber se vai receber, a consulta deve ser feita no site do tribunal responsável pela localidade onde o processo foi iniciado.

Cristiane Gercina/Folhapress

Política

Campanha de Lula tem crise com vaivém de narrativas e disputa na comunicação



Líder nas pesquisas de intenção de voto, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) enfrenta uma crise pública de sua pré-campanha com a disputa pelo comando da comunicação.

Alvo de críticas de dirigentes petistas, o coordenador de comunicação, o ex-ministro Franklin Martins, foi chamado para uma conversa com Lula, alimentando rumores de que seria destituído.

A crise no marketing desnudou uma queda de braço na coordenação da pré-campanha, que também tem sofrido críticas internamente pela falta de uma unidade na disseminação de ideias e pautas - e o vaivém nas declarações do próprio ex-presidente.

Dois exemplos mais recentes foram as declarações sobre o aborto e a reforma trabalhista.

No primeiro, o petista afirmou que o aborto deveria ser um “direito de todo mundo”, fornecendo munição para seus adversários. No dia seguinte, o petista contornou as declarações, se posicionou pessoalmente contra o aborto e defendeu o tratamento para mulheres que realizarem o procedimento na rede pública de saúde.

Já no caso da reforma trabalhista as declarações se arrastam desde o começo do ano. Em janeiro, publicações nas redes sociais de Lula e Gleisi, a favor da “contrarreforma” em implementação na Espanha, causaram reação no setor empresarial.

Emissários de Lula se apressaram a explicar que não se tratava de uma revogação integral da reforma aprovada no governo de Michel Temer (MDB), mas sim a revisão de alguns itens.

Como o jornal Folha de S.Paulo mostrou, porém, o PT propôs e a federação partidária que formará endossou a proposta de revogação da reforma - embora o próprio Lula reconheça entraves para a iniciativa.

Em entrevista a uma rádio do Tocantins, o petista afirmou que quer reconstruir uma “relação de trabalho moderna”. “Não é que a gente faça a revogação [da reforma], porque ninguém quer de volta o passado”, ressaltou.

Em relação ao comando da comunicação, petistas reclamam da dificuldade de diálogo com o coordenador. Esse abismo, dizem, é visível nas redes sociais, onde as páginas do PT e seus parlamentares não reproduzem postagens de Lula por não serem previamente avisados sobre essas publicações.

Catia Seabra e Victória Azevedo/Folhapress

Doria tenta adiar para 31 de maio anúncio da terceira via, mas partidos resistem

João Doria, pré-candidato à Presidência da República pelo PSDB, tenta adiar para 31 de maio a definição da candidatura única da chamada terceira via - inicialmente prevista para o dia 18. A proposta é descartada por MDB e União Brasil, os outros dois partidos envolvidos nas negociações.

Membros dessas legendas avaliam inclusive antecipar o anúncio - que poderia contemplar uma chapa formada por MDB e União Brasil.

Em reunião em Brasília no início de abril, o anúncio de uma pré-candidatura única no dia 18 havia sido formalizado pelos presidentes dos três partidos e do Cidadania, que se federou com os tucanos.

Segundo pessoas a par das negociações, a intenção de Doria com o adiamento é tentar aproveitar um eventual efeito positivo que poderia

haver sobre sua campanha com o início da propaganda partidária do PSDB em rádio e TV, em 26 de abril.

A avaliação é que as inserções televisivas ajudariam a apresentá-lo ao público nacional e, assim, alavancar sua pré-candidatura e melhorar seu desempenho nas pesquisas de intenção de voto. Com isso, o ex-governador tucano ganharia força nas negociações para se tornar o nome da terceira via.

Aliados de Doria tentam compartilhar a pressão pelo adiamento com outros atores envolvidos e argumentam que há uma tendência natural no grupo a trabalhar com mais calma o anúncio da candidatura única. Isso porque consideram que o cenário mudou após o lançamento da pré-candidatura de Luciano Bivar pela União Brasil, na semana passada.

Danielle Brant, Julia Chaib, Renato/Folhapress



Bolsonaro prometeu em 2018 que não daria indulto como presidente



O presidente Jair Bolsonaro (PL), que concedeu perdão da pena ao deputado Daniel Silveira, disse em 2018 que não daria nenhum indulto durante o seu mandato.

“Já que indulto é um decreto presidencial, a minha caneta continuará com a mesma quantidade de tinta até o final do mandato”, afirmou ele em uma formatura de oficiais da Aeronáutica naquele ano.

Na mesma ocasião, o chefe do Executivo então recém-eleito defendeu que “não é apenas a questão de corrupção, qualquer criminoso tem que cumprir sua pena de maneira integral”.

“Se não houver punição

ou se a punição for extremamente branda, é um convite à criminalidade”, seguiu Bolsonaro.

Dias antes, em novembro de 2018, ele já tinha se manifestado em uma rede social sobre o assunto. “Garanto a vocês, se houver indulto para criminosos neste ano, será o último”, escreveu Bolsonaro.

Silveira foi condenado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) a 8 anos e 9 meses de prisão, em regime inicial fechado, por ataques aos ministros da corte.

Em declaração transmitida nas redes sociais, Bolsonaro argumentou que a liberdade de expressão é “pilar essencial da sociedade” e que a sociedade encontra-se em “legítima comoção” por cau-

sa da condenação.

“A graça de que trata esse decreto é incondicionada e será concedida independente do trânsito em julgado [da ação]”, disse Bolsonaro.

O indulto presidencial perdoa a punição de certos crimes.

Em 2017, o então presidente Michel Temer (MDB) publicou decreto concedendo indulto natalino inclusive para condenados por corrupção que tivessem cumprido um quinto (o equivalente a 20%) da pena até 25 de dezembro de 2017.

A medida foi levada ao Supremo Tribunal Federal, que julgou o decreto constitucional.

Folhapress

Petrobras: BNDES deixa para depois venda em bloco de R\$ 5 bi em ações



O mercado aguarda para breve um leilão de ações da Petrobras pelo BNDES, em um block trade que deve ultrapassar R\$ 5 bilhões. O anúncio era esperado para ontem, dia 18, às 20h30. Mas na última hora a área técnica do banco seguiu a operação. A instituição tem intenção de colocar no mercado algo como 1,5% do capital da petroleira em ações preferenciais.

Pesou na avaliação o fato de as ações terem mostrado um desempenho pior que as pares e que o mercado de forma geral. Amanhã, dia 20, começa o período de silêncio da empresa em função do balanço do primeiro trimestre — previsto para 5 de maio. Junto com os números, os in-

vestidores esperam mais um anúncio de dividendo.

Desde 2020, o banco de fomento acelerou sua estratégia de desinvestimento. Em fevereiro daquele ano realizou uma oferta pública de R\$ 22 bilhões em ações da petroleira. Agora, entre a posição do banco e da holding de participações BNDESPar, a instituição ainda detém perto de 8% da estatal — cerca de 18,5% das ações sem direito voto.

A estatal, depois das sucessivas quedas nos últimos pregões, está avaliada em R\$ 430 bilhões. Neste ano, o mercado mais volátil acabou inibindo maiores movimentos do BNDES até o momento. A única venda grande da instituição foi uma posição de JBS, da ordem de R\$ 2

bilhões, em fevereiro. Em breve, inclusive, é aguardado um novo leilão (block trade) da companhia de proteína da família Batista.

Em 2020, o banco vendeu mais R\$ 45 bilhões em ações — em operações concentradas em Petrobras, Suzano e Vale. No ano passado, mais R\$ 16 bilhões foram alienados. No total, o desinvestimento, via vendas em bolsa (seja oferta pública ou block trade), já supera R\$ 62 bilhões.

A carteira de ações da BNDES soma cerca de R\$ 75 bilhões. No fim de 2021, a preços de mercado do encerramento de dezembro, a participação em Petrobras equivalia a cerca de 38% do total.

BizNews

36% dos brasileiros quer pagar com cripto em lojas físicas, diz pesquisa

A América Latina está a caminho de se tornar um polo de criptoativos. Segundo uma pesquisa realizada pela CoinsPaid, a demanda pelo uso de cripto em pagamentos é não somente online, mas também física — 36,3% dos entrevistados disseram ter interesse em pagar compras em lojas físicas usando ativos digitais.

A CoinsPaid foi fundada em 2014 e é uma das líderes mundiais em pagamentos em criptomoedas, tendo processado quase 15 milhões de transações e movimentado €7,6 bilhões.

Segundo a análise, realizada em março de 2022 com 1.506 pessoas, os números estão similares aos de outros

países da região. Na Colômbia, por exemplo, 65,4% das pessoas afirmou que estariam prontas para pagar com cripto no varejo físico, na Argentina o número é de 65%.

“Existe uma suposição entre algumas empresas de que como as criptomoedas são digitais, os clientes só vão querer usá-las como meio de pagamento no mundo online. No entanto, isso claramente não é o caso no resto do mundo, e estamos descobrindo cada vez mais que não representa a experiência de varejo na América Latina, afirma Rafael Brunacci, gerente de desenvolvimento de negócios da CoinsPaid no continente.

BizNews



‘In careca we trust’: analista antecipa alta do real e viraliza no Brasil



Robin Brooks fala no tom sóbrio de um economista com PhD que dedicou grande parte de sua carreira a calibrar modelos de valor justo para taxas de câmbio. Foi, portanto, um choque quando de repente ele virou uma sensação nas redes sociais no Brasil.

Brooks é uma raridade nos círculos financeiros: há tempos ele diz que o real deveria estar mais valorizado. Mesmo nos piores momentos do colapso da moeda brasileira durante a pandemia, Brooks manteve sua opinião, fazendo dele o rosto público de um rali vertiginoso que transformou o real na moeda de melhor desempenho entre as maiores do mundo neste ano.

Para seus seguidores no Twitter no Brasil — ele tem 150 mil seguidores ao todo nessa rede —, onde observar a taxa de câmbio é uma es-

pécie de obsessão nacional, Brooks é simplesmente “o careca”, ou, às vezes “o careca do Goldman”. Na verdade, ele não trabalha no Goldman Sachs há cinco anos, mas, de qualquer forma, esse título soa melhor do que o “careca do Institute of International Finance”, no qual atualmente trabalha como economista-chefe.

Seus posts no Twitter sobre o real são imediatamente recebidos com milhares de curtidas e dezenas de respostas que dizem “In careca we trust”, que se tornaram uma espécie de marca registrada de seus seguidores. Trata-se de um trocadilho com o lema americano “In God we trust” impresso no dólar.

Os mais fanáticos tuítam fotos de Photoshop retratando-o como um boxeador ou GIFs elogiando-o como “o homem, o mito, a lenda” — um meme tipicamente brasileiro.

A família de Brooks, diz ele, está pasma com sua fama. “Meus filhos dizem: ‘O que é isso? Esse é o nosso pai idiota.’”

Alguns de seus críticos, que são muitos, usam linguagem semelhante para descrever sua análise. Eles tiram sarro de como sua estimativa de valor justo para a taxa de câmbio — R\$ 4,50 por dólar — não mudou em mais de dois anos, apesar de todas as reviravoltas na economia local e nos mercados globais.

Os críticos também apontam que a estimativa otimista teve a sorte de coincidir aleatoriamente com duas grandes forças que impulsionam os ganhos da moeda: aumentos agressivos das taxas de juros pelo Banco Central do Brasil e um boom repentino na demanda global pelas exportações de commodities do país.

BizNews

Publicidade Legal

**Gafisa SPE-113
Empreendimentos Imobiliários S.A.**

CNPJ/ME nº 11.165.961/0001-72 – NIRE 35.300.411.889

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária – Edital de Convocação

Ficam convocados os acionistas da **Gafisa SPE-113 Empreendimentos Imobiliários S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, em formato híbrido, fisicamente no endereço da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 3º Andar, Bloco 2, Cj. 32, Condomínio Edifício São Luiz, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-900, ou telepresencial mediante acesso ao link disponibilizado por e-mail para participação remota, com envio no endereço eletrônico cadastrado do acionista em até 24 (vinte e quatro) horas da realização das Assembleias, a serem realizadas no dia 29 de Abril de 2022, às 15h00m, em primeira convocação, e às 15h30m, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Deliberar e aprovar sobre as contas apresentadas pela Administração, bem como o balanço patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Consignar que, na forma do Artigo 1.078 do Código Civil, todos os acionistas declaram ter recebido cópias dos relatórios de contas dos diretores e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, com a devida antecedência da data da presente Assembleia; **(ii)** Aprovar a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, conforme Demonstrações Financeiras; **(iii)** Deliberar e aprovar sobre as contas apresentadas pela Administração, bem como o balanço patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respectivamente. Consignar que, na forma do artigo 1.078 do Código Civil, todos os acionistas declaram ter recebido cópias dos relatórios de contas da Administração diretores e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais supracitados, com a devida antecedência da data da presente Assembleia. **(iv)** Deliberar e aprovar a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respectivamente, conforme Demonstrações Financeiras; e **(v)** Deliberar e aprovar sobre a destituição e eleição de membros da Diretoria; **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Deliberar e aprovar acerca do aumento do capital social da Companhia, para capitalização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, com a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; **(ii)** Deliberar pela consolidação do Estatuto Social para refletir as deliberações tomadas nas Assembleias e adequação do Estatuto Social quanto as deliberações anteriores; e **(iii)** Deliberar sobre Assuntos Gerais de interesse da Companhia. **Informações Gerais:** As Demonstrações Financeiras, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, estão disponíveis para consulta dos acionistas na sede social da Companhia, as quais foram devidamente disponibilizadas no prazo legal. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer munido de documento que comprove sua identidade ou enviá-lo, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas da data das Assembleias, para o e-mail wdoliveira@gafisa.com.br. Na hipótese de representação do acionista por procurador, os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação nas Assembleias a que se referem o presente Edital devem ser depositados na sede da Companhia ou enviados para o e-mail supracitado até 28 de abril de 2022. São Paulo, 19 de abril de 2022. Atenciosamente, **Gafisa SPE-113 Empreendimentos Imobiliários S.A.** Administração. (20, 21 e 23/04/2022)

Enseada Paraíso S.A.

CNPJ/ME nº 07.152.260/0001-21 - NIRE 35.300.350.006

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCACÃO

Ficam convocados os acionistas da **Enseada Paraíso S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, em formato híbrido, fisicamente no endereço da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 3º Andar, Bloco 2, Cj. 32, Condomínio Edifício São Luiz, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-900, ou telepresencial mediante acesso ao link disponibilizado por e-mail para participação remota, com envio no endereço eletrônico cadastrado do acionista em até 24 (vinte e quatro) horas da realização das Assembleias, a ser realizada no dia 29/04/2022, às 19h00m, em primeira convocação, e às 19h30m, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Deliberar e aprovar sobre as contas apresentadas pela Administração, bem como o balanço patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021. Consignar que, na forma do Artigo 1.078 do Código Civil, todos os acionistas declaram ter recebido cópias dos relatórios de contas da Administração e das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2021, com a devida antecedência da data da presente Assembleia; **(ii)** Aprovar a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31/12/2021, conforme demonstrações financeiras; **(iii)** Deliberar e aprovar sobre as contas apresentadas pela Administração, bem como o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2020, 31/12/2019, 31/12/2018, 31/12/2017 e 31/12/2016, respectivamente. Consignar que, na forma do artigo 1.078 do Código Civil, todos os acionistas declaram ter recebido cópias dos relatórios de contas da Administração e das demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais supracitados, com a devida antecedência da data da presente Assembleia. **(iv)** Deliberar e aprovar a destinação do resultado apurado nos exercícios sociais encerrados em 31/12/2020, 31/12/2019, 31/12/2018, 31/12/2017 e 31/12/2016, respectivamente, conforme demonstrações financeiras; e **(v)** Deliberar e aprovar sobre a destituição e eleição de membros do Conselho de Administração. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (vi)** Alteração da sede social da Companhia, com a consequente alteração da Cláusula Segunda do Estatuto Social; **(vii)** Deliberar acerca do aumento do capital social da Companhia, para capitalização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, com a consequente alteração da Cláusula Quinta do Estatuto Social; **(viii)** Consolidação do Estatuto para refletir as deliberações tomadas; e **(ix)** Deliberar sobre Assuntos Gerais de interesse da Companhia. **INFORMAÇÕES GERAIS:** As demonstrações financeiras, referente aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2019, 31/12/2018, 31/12/2017 e 31/12/2016, estão disponíveis para consulta dos acionistas na sede social da Companhia, as quais foram devidamente disponibilizadas no prazo legal. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer munido de documento que comprove sua identidade ou enviá-lo, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas da data das Assembleias, para o e-mail wdoliveira@gafisa.com.br. Na hipótese de representação do acionista por procurador, os instrumentos de mandatos com poderes especiais para representação nas assembleias a que se referem o presente Edital devem ser depositados na sede da Companhia ou enviados para o e-mail supracitado até 28/04/2022. São Paulo, 19/04/2022. **Enseada Paraíso S.A.** Administração.

Conductor Tecnologia S.A.

CNPJ/ME nº 03.645.772/0001-79 – NIRE 35.300.191.234

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

1. Data, Hora e Local: Realizada em 24 de fevereiro 2022, às 10h00, na sede da Conductor Tecnologia S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Barueri, no Estado de São Paulo, na Avenida Tamboré, 267, Torre Sul, 27º andar, conjunto 271-A, Edifício Canopus Coporate, Alphaville, CEP 06460-000. **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada em razão da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme o disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.s"). **3. Mesa:** Presidente: Sr. Marcelo Prudêncio Jacques; e Secretário: Sr. Dullio de Oliveira Beneduzzi. **4. Ordem do Dia:** deliberar sobre (i) autorizar a Companhia a assumir o papel de garantidora das obrigações contraídas pela **BPP Instituição de Pagamento S.A.**, sociedade anônima com sede no Município de Barueri, Estado de São Paulo, à Alameda Rio Negro, 585, Bloco B, conjunto 31/32, Alphaville; inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.370.835/0001-85 ("BPP") perante o **Banco Daycoval S.A.** ("Daycoval") no âmbito Contrato Particular de Prestação de Garantia por estes firmado em 19 de maio de 2021 ("Contrato"); e (ii) autorizar a adoção pela Diretoria da Companhia das providências e atos necessários e/ou convenientes para a assunção pela Companhia da posição de garantidora da BPP no Contrato. **5. Deliberações:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas da Companhia decidiram o seguinte, por unanimidade de votos e sem ressalvas: **(i) Prestação de Garantia.** Nos termos do inciso (xiv), do artigo 13, do Estatuto Social da Companhia, fica aprovada a assunção pela Companhia da qualidade de garantidora das obrigações contraídas pela BPP perante o Daycoval até o valor de R\$ 10.517.600,00 (dez milhões, quinhentos e dezessete mil e seiscentos reais), incluindo, mas sem se limitar, à assinatura do Contrato e/ou instrumento competente na qualidade de garantidora e interveniente anuente. **(ii) Adoção de Providências.** Autorizada a adoção pela Diretoria da Companhia dos atos necessários e/ou convenientes para a implementação do deliberado no item anterior, incluindo, mas não se limitando, à celebração de instrumentos bastantes à formalização da prestação da garantia. **6. Encerramento:** Foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém o fez, foram encerrados os trabalhos e suspensão a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio. Reaberta a sessão, esta ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes **Mesa:** Marcelo Prudêncio Jacques – Presidente; e Dullio de Oliveira Beneduzzi – Secretário. **Acionistas Presentes:** Antonio Carlos Soares Junior e Dock Tech LLC. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. A presente ata foi assinada mediante assinatura eletrônica realizada por meio da plataforma online "DocuSign" ou similar, de modo que os presentes declaram e reconhecem a validade, para todos os fins, da assinatura eletrônica da presente ata, a qual, uma vez assinada digitalmente, produzirá todos os seus efeitos de direito, ficando convencionado que a data de assinatura será aquela da efetiva realização da presente Assembleia Geral Extraordinária. Barueri/SP, 24 de fevereiro de 2022. **Mesa:** Marcelo Prudêncio Jacques – Presidente; Dullio de Oliveira Beneduzzi – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 123.344/22-0 em 07/03/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Jardins da Barra Desenvolvimento Imobiliário S.A.

CNPJ/ME nº 09.253.266/0001-10 – NIRE 35.300.354.206

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária – Edital de Convocação

Ficam convocados os Acionistas da **Jardins da Barra Desenvolvimento Imobiliário S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, em formato híbrido, fisicamente no endereço da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 3º Andar, Bloco 2, Cj. 32, Condomínio Edifício São Luiz, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-900, ou telepresencial mediante acesso ao link disponibilizado por e-mail para participação remota, com envio no endereço eletrônico cadastrado do Acionista em até 24 (vinte e quatro) horas da realização das Assembleias, a serem realizadas no dia 28 de Abril de 2022, às 18h00m, em primeira convocação, e às 18h30m, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Deliberar e aprovar sobre as contas apresentadas pela Administração, bem como o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Consignar que, na forma do Artigo 1.078 do Código Civil, todos os Acionistas declaram ter recebido cópias dos relatórios de contas da Administração e das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, com a devida antecedência da data da presente Assembleia; **(ii)** Aprovar a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, conforme demonstrações financeiras; **(iii)** Deliberar e aprovar sobre as contas apresentadas pela Administração, bem como o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respectivamente. Consignar que, na forma do artigo 1.078 do Código Civil, todas as acionistas declaram ter recebido cópias dos relatórios de contas da Administração e das demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais supracitados, com a devida antecedência da data da presente Assembleia. **(iv)** Deliberar e aprovar a destinação do resultado apurado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respectivamente, conforme demonstrações financeiras; **(v)** Deliberar e aprovar sobre a destituição e eleição de membros da Diretoria. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (vi)** Deliberar sobre Assuntos Gerais de interesse da Companhia. **Informações Gerais:** – As Demonstrações Financeiras, referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, estão disponíveis para consulta dos Acionistas na sede social da Companhia, as quais foram devidamente disponibilizadas no prazo legal. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer munido de documento que comprove sua identidade ou enviar, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas da data da Assembleia, para o e-mail wdoliveira@gafisa.com.br. Na hipótese de representação do acionista por procurador, os instrumentos de mandatos com poderes especiais para representação nas assembleias a que se referem o presente Edital devem ser depositados na sede da Companhia ou enviados para o e-mail supracitado até 27 de Abril de 2022. São Paulo, 19 de Abril de 2022. Atenciosamente, **Jardins da Barra Desenvolvimento Imobiliário S.A.**, Administração. (20, 21 e 23/04/2022)

Enseada Paraíso S.A.

CNPJ/ME nº 07.152.260/0001-21 - NIRE 35.300.350.006

REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - EDITAL DE CONVOCACÃO

Ficam convocados os Conselheiros da **Enseada Paraíso S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Reunião do Conselho de Administração, em formato híbrido, fisicamente no endereço da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 3º Andar, Bloco 2, Cj. 32, Condomínio Edifício São Luiz, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-900, ou telepresencial mediante acesso ao link disponibilizado por e-mail para participação remota, com envio no endereço eletrônico cadastrado do Conselheiro em até 24 (vinte e quatro) horas da realização da Reunião, a ser realizada no dia 29/04/2022, às 18h00m, em primeira convocação, e às 18h30m, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: (i)** Deliberar e aprovar sobre a destituição e eleição de membros da Diretoria; **(ii)** Deliberar e aprovar sobre a proposta da administração, a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária, quanto a aprovação das contas apresentadas pela Administração, bem como o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021, e exercícios encerrados em 31/12/2020, 31/12/2019, 31/12/2018, 31/12/2017 e 31/12/2016, respectivamente. Consignar que, na forma do Artigo 1.078 do Código Civil, todos os acionistas/conselheiros declaram ter recebido cópias dos relatórios de contas da Administração e das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2021 e demais exercícios encerrados em 31/12/2020, 31/12/2019, 31/12/2018, 31/12/2017 e 31/12/2016, respectivamente, com a devida antecedência da data da presente Reunião; e **(iii)** Deliberar e aprovar sobre a proposta da Administração quanto a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31/12/2021, conforme demonstrações financeiras; e **(iv)** Deliberar sobre Assuntos Gerais de interesse da Companhia. São Paulo, 19/04/2022. **Enseada Paraíso S.A.** Administração.

Pedreira Cachoeira S.A.

CNPJ/ME nº 62.310.644/0001-33 – NIRE 35.300.052.421

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas desta Companhia a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 29 de abril de 2022, às 10h00, na sede social à Rua Cel. Sezefero Fagundes, 7.901 – Tucuruvi, na cidade de São Paulo, Capital, CEP 02306-000, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras e Contábeis, suas Notas Explicativas, e do Relatório da Administração, todos relativos ao exercício social findo em 31/12/2021; **(ii)** Destinação do Resultado do Exercício findo em 31/12/2021; **(iii)** Correção Monetária do Capital Social; **(iv)** Aprovação da verba anual e global destinada à remuneração da Diretoria; e **(v)** Outros assuntos de interesse social. SP, 20/04/2022. **A Diretoria.** (21, 23 e 26/04/2022)

Caravelas Negócios Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 13.019.760/0001-92 – NIRE 35.300.386.817

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Sociedade, a ser realizada na sede social, à Avenida Presidente Altino, 603, em São Paulo-SP, no dia 28 de abril de 2022, às 9:00 horas, a fim de deliberarem sobre seguinte Ordem do Dia: **Em AGO: (i)** Tomar conhecimento do Relatório da Administração, examinar e deliberar sobre as contas da Diretoria, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** Eleger os membros do Conselho de Administração para o triênio 2022/2025; e **(iii)** Fixar a remuneração global anual da administração. São Paulo, 18 de abril de 2022. **Angela Martins Guido Rios** – Presidente do Conselho de Administração. (20, 21 e 23/04/2022)

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,4959	Peso (Chile) - 0,005663
Dólar (EUA) - 4,7326	Peso (México) - 0,233
Franco (Suíça) - 4,9375	Peso (Uruguai) - 0,1179
Iene (Japão) - 0,03675	Yuan (China) - 0,728
Libra (Inglaterra) - 6,0804	Rublo (Rússia) - 0,06325
Peso (Argentina) - 0,04143	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,1069

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

4,7320 / R\$ 4,7326 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 4,8040 / R\$ 4,8060 *

Turismo - R\$ 4,8700 / R\$

4,9690

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado

no dia: 4,04%

OURO BM&F

R\$ 298,990

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -2,86%

Pontos: 111.078

Volume financeiro: R\$

28,890 bilhões

Maiores altas: Copel PNB

(1,63%), Ambev S/A

ON (0,14%), Hypera ON

(0,00%)

Maiores baixas: Companhia Siderúrgica Nacional

ON (-7,68%), Locaweb

ON (-6,29%), Vale ON

(-5,80%)

S&P 500 (Nova York):

-2,77%

Dow Jones (Nova York):

-2,82%

Nasdaq (Nova York):

-2,55%

CAC 40 (Paris): -1,99%

Dax 30 (Frankfurt):

-2,48%

Financial 100 (Londres):

-1,39%

Nikkei 225 (Tóquio):

-1,63%

Hang Seng (Hong Kong):

-0,21%

Shanghai Composite

(Xangai): 0,23%

CSI 300 (Xangai e Shen-

zhen): 0,44%

Merval (Buenos Aires):

0,24%

IPC (México): -0,14%

Publicidade Legal

Conductor Tecnologia S.A.

CNPJ/ME nº 03.645.772/0001-79 – NIRE 35.300.191.234

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de fevereiro de 2022

1. Data, Horário e Local: Em 21 de fevereiro de 2022, às 09:00 horas, na sede social da Conductor Tecnologia S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Tamboré, nº 267, Torre Sul, Edifício Canopus Corporte Alpha-ville, 27º andar, conjunto 271-A, Alphaville, CEP 06460-000. **2. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Marcelo Prudêncio Jacques; Secretário: Sr. Duilio de Oliveira Beneduzzi.

3. Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista o comparecimento de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. Ordem do Dia:** (i) Análise e deliberação, nos termos do parágrafo único do artigo 46 da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, e do artigo 13, inciso (xii) do Estatuto Social da Companhia, acerca da 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, da Companhia ("Notas Comerciais Escriturais" e "Emissão", respectivamente), para colocação privada ("Oferta Privada"), com as principais características descritas a seguir; (ii) Análise e deliberação acerca da autorização à Diretoria da Companhia e/ou seus respectivos mandatários para que estes pratiquem todos os atos e adotem todas as medidas necessárias para a formalização da Emissão objeto da deliberação acima, incluindo, mas não se limitando a: (a) contratação dos prestadores de serviços da Emissão, incluindo, mas não se limitando, à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), o escriturador ("Escriturador"), o banco liquidante ("Banco Liquidante"), o assessor legal, entre outros, podendo, para tanto, negociar os termos e condições, assinar os respectivos contratos e fixar-lhes os respectivos honorários; (b) negociação e definição de todos os termos e condições específicos da Emissão e da Oferta Privada que não foram objeto de aprovação desta Assembleia; (c) negociação, estruturação e celebração de todos os documentos, incluindo, mas não se limitando, ao "Termo Constitutivo da 1ª (primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Colocação Privada, da Conductor Tecnologia S.A." ("Termo"), a ser celebrado entre a Companhia e Verde Master Fundo de Investimento Multimercado, na qualidade de titular das Notas Comerciais Escriturais ("Titular de Notas Comerciais Escriturais"); e (d) praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta Privada; (iii) a mudança do jornal em que serão feitas as publicações da Companhia, nos termos do artigo 289, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) Análise e deliberação acerca da ratificação de todos os atos já praticados, relacionados às deliberações acima. **5. Deliberações:** Dando início aos trabalhos, os acionistas titulares da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia examinaram os itens constantes da Ordem do Dia e tomaram as seguintes deliberações, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas: **5.1 Análise e deliberação acerca da Emissão:** aprovar a Emissão, com as seguintes e principais características e condições, a serem previstas e detalhadas no Termo: (i) **Número da Emissão:** A Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de Notas Comerciais Escriturais da Companhia; (ii) **Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão"). (iii) **Séries:** A Emissão será realizada em série única; (iv) **Quantidade de Notas Comerciais Escriturais Emitidas:** Serão emitidas 52.000 (cinquenta e duas mil) Notas Comerciais Escriturais; (v) **Destinação de Recursos:** Os recursos captados pela Companhia por meio das Notas Comerciais Escriturais serão destinados (a) à recomposição do caixa da Companhia em razão dos valores despendidos com as aquisições das sociedades Cacaco Paycard S.A. e BPP Instituição de Pagamentos S.A. ("Aquisições"); e (b) ao desembolso de compromissos futuros relacionados às Aquisições; (vi) **Procedimento de Colocação:** A colocação das Notas Comerciais Escriturais será realizada de forma privada, exclusivamente para o Titular das Notas Comerciais Escriturais, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), e não contará com qualquer esforço de venda perante o público em geral, sendo expressamente vedada a negociação das Notas Comerciais Escriturais em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, ressalvada a possibilidade de negociação privada, fora do âmbito da B3; (vii) **Local e Data de Emissão:** Para todos os fins é efeitos legais, as Notas Comerciais Escriturais serão emitidas na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 25 de fevereiro de 2022 ("Data de Emissão"); (viii) **Data de Início da Rentabilidade:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a Data de Emissão das Notas Comerciais Escriturais ("Data de Início da Rentabilidade"); (ix) **Valor Nominal Unitário das Debêntures:** O valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais será de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); (x) **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais não será atualizado monetariamente; (xi) **Garantias:** As Notas Comerciais Escriturais não contarão com fiança ou qualquer outra garantia, real ou fidejussória, observado os termos da Cláusula 8.1, inciso (xxii) do Termo; (xii) **Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As Notas Comerciais Escriturais serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário, na Data de Emissão das Notas Comerciais Escriturais, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos estabelecidos pela B3. Caso qualquer Nota Comercial Escritural venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Data de Emissão, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data

de Emissão até a data de sua efetiva integralização; (xiii) **Prazo e Data de Vencimento:** Observado o disposto no Termo, o vencimento final das Notas Comerciais Escriturais ocorrerá ao término do prazo de 393 (trezentos e noventa e três) dias a contar da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 25 de março de 2023 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, de Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório e Resgate Antecipado Total por Alteração de Controle (conforme definidos abaixo) das Notas Comerciais Escriturais, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e nos termos do Termo; (xiv) **Remuneração das Notas Comerciais Escriturais:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), acrescida de *spread* (sobretaxa) de 7,90% (sete inteiros e noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, desde a Data de Início da Rentabilidade até a Data de Vencimento ou a data de eventual Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório, Resgate Antecipado Total por Alteração de Controle, o que ocorrer primeiro (exclusivo). O cálculo da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, conforme o caso, obedecerá a fórmula descrita no Termo; (xv) **Pagamento da Remuneração:** O pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais será realizado (i) mensalmente, a contar da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 25 de março de 2022 e os demais pagamentos devidos sempre no dia 25 dos meses subsequentes até a Data de Vencimento (ii) na Data de Vencimento; (iii) na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Notas Comerciais Escriturais em razão da ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo); e/ou (iv) na data em que ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório, Resgate Antecipado Total por Alteração de Controle, conforme previsto neste Termo (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração" e, quando em conjunto, "Datas de Pagamento da Remuneração"). O pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais será feito pela Companhia ao Titular das Notas Comerciais Escriturais, de acordo com as normas e procedimentos da B3, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na B3; (xvi) **Amortização do Principal:** Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, de Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório, Resgate Antecipado Total por Alteração de Controle, nos termos previstos no Termo e na legislação aplicável, o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais será amortizado em uma única data, qual seja, na Data de Vencimento; (xvii) **Repactuação Programada:** As Notas Comerciais Escriturais não serão objeto de repactuação programada; (xviii) **Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais e do disposto no Termo, ocorrendo atraso imputável à Companhia no pagamento de qualquer quantia devida ao Titular de Notas Comerciais Escriturais, o valor em atraso ficará sujeito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios"); (xix) **Decadência dos Direitos aos Acréscimos:** Sem prejuízo do disposto no Termo, o não comparecimento do Titular de Notas Comerciais Escriturais para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Companhia nas datas previstas no Termo ou em comunicado publicado pela Companhia, nos termos do Termo, não lhe dará direito ao recebimento dos Encargos Moratórios previstos, no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento; (xx) **Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fizerem jus as Notas Comerciais Escriturais serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3, para as Notas Comerciais Escriturais custodiadas eletronicamente na B3; ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Notas Comerciais Escriturais que eventualmente não estejam custodiadas eletronicamente na B3; (xxi) **Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Notas Comerciais Escriturais, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo. Para os fins do Termo, "Dia Útil" significa (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária, inclusive para fins de cálculo, realizada por meio da B3, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista no Termo, qualquer dia no qual haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, que não seja sábado ou domingo; (xxii) **Publicidade:** Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem

a envolver interesses do Titular de Notas Comerciais Escriturais, deverão ser obrigatoriamente comunicados por carta ou e-mail, sendo que as comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. As comunicações feitas por e-mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), sendo a divulgação comunicada à B3 ("Avisos ao Titular de Notas Comerciais Escriturais"); (xxiii) **Resgate Antecipado Facultativo:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade do Titular das Notas Comerciais Escriturais, desde que a Companhia esteja adimplente com suas obrigações nos termos do Termo, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Notas Comerciais Escriturais ("Resgate Antecipado Facultativo"), mediante o pagamento do Valor do Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido no Termo). O Resgate Antecipado Facultativo observará o disposto no Termo; (xxiv) **Resgate Antecipado Obrigatório:** A Companhia deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Notas Comerciais Escriturais no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da ocorrência: (i) da liquidação financeira de oferta pública inicial da Dock Ltd. ("Dock") ou da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias constituídas no Brasil; ou (ii) do recebimento de aporte de capital em valor equivalente a U\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares) ou mais, na Dock ou na Companhia ou quaisquer de suas subsidiárias constituídas no Brasil ("Resgate Antecipado Obrigatório"), exceto pelo recebimento de aporte de capital realizado (a) pelos atuais acionistas, diretos ou indiretos, da Companhia, na Companhia, ou (b) diretamente pela Companhia nas suas Subsidiárias, no Brasil ou exterior; (xxv) **Resgate Antecipado por Alteração de Controle:** A Companhia deverá, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após a realização de uma transação que resulte na Alteração do Controle (conforme abaixo definido) notificar o Titular das Notas Comerciais Escriturais, sobre a referida Alteração de Controle. Para fins do Termo, "Alteração de Controle": Um evento ou uma série de eventos cujo resultado seja: (a) qualquer pessoa, que não seja a Riverwood Investors, venha a deter, direta ou indiretamente, mais de 50% das ações em circulação do capital votante da Dock ou detendo direitos de sócio que lhe assegurem o poder de orientar a administração e as políticas da Dock ou (b) a Dock deixe de possuir, direta ou indiretamente, pelo menos a maioria das ações em circulação com direito a voto de qualquer Subsidiária Relevante (conforme definido no Termo), ou deixe de deter direitos de sócio que lhe assegurem, assegurem o poder de orientar a administração e as políticas de qualquer Subsidiária Relevante (conforme definido no Termo). Não configura Alteração de Controle a incorporação de uma ou mais Subsidiárias Relevantes pela Companhia ou por uma de suas Subsidiárias; (xxvi) **Depósito para Colocação Privada, Registro e Custódia Eletrônica:** As Notas Comerciais Escriturais serão depositadas para colocação privada por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3. Ainda, as Notas Comerciais, serão registradas no CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, para fins de registro em nome do Titular das Notas Comerciais Escriturais, sendo a liquidação financeira dos eventos de pagamento previstos no Termo realizada por meio da B3. As Notas Comerciais Escriturais não serão negociadas publicamente por meio da B3, ressalvada a possibilidade de negociação privada, fora do âmbito da B3; (xxvii) **Vencimento Antecipado:** As Notas Comerciais Escriturais poderão ser consideradas antecipadamente vencidas em razão da ocorrência de qualquer dos eventos previstos no Termo; e (xxviii) **Demais Características:** As demais características das Notas Comerciais Escriturais, da Emissão encontrar-se-ão descritas no Termo e nos demais documentos pertinentes. **5.2. aprovar a Diretoria,** demais representantes legais da Companhia e/ou seus eventuais mandatários a, em nome da Companhia, (a) contratar os prestadores de serviços para a Emissão, tais como a B3, o Escriturador, o Banco Liquidante e o assessor legal, entre outros; (b) negociar e definir todos os termos e condições específicos da Emissão que não foram objeto de aprovação desta Assembleia; (c) negociar e celebrar todos os documentos, incluindo, mas não se limitando, ao Termo, bem como eventuais aditamentos aos referidos instrumentos e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão, desde que não sejam alteradas as principais condições negociais objeto de aprovação desta Assembleia; e (d) praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão. **5.3.** Tendo em vista o encerramento das atividades do jornal Diário de São Paulo na versão impressa, as publicações da Companhia, nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, passam a ser realizadas no jornal Diário Mercantil. **5.4.** ratificar todos os atos relativos à Emissão que tenham sido praticados anteriormente pela Diretoria da Companhia, inclusive a outorga de procurações. **6. Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. Barueri, 21 de fevereiro de 2022. Presidente: Marcelo Prudêncio Jacques; Secretário: Sr. Duilio de Oliveira Beneduzzi. Presente os membros representando a totalidade do capital social da Companhia. **7. Certidão:** Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada no livro. A presente ata foi assinada mediante assinatura eletrônica realizada por meio da plataforma online "DocuSign", de modo que os presentes declaram e reconhecem a validade, para todos os fins, da assinatura eletrônica da presente ata, a qual, uma vez assinada digitalmente, produzirá todos os seus efeitos de direito. **Marcelo Prudêncio Jacques** – Presidente; **Duilio de Oliveira Beneduzzi** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 137.852/22-8 em 16/03/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

PT-XGS Administração de Bem Próprio S/A.

CNPJ/ME) 23.568.425/0001-05

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (valores em milhares de reais)

Balancete patrimonial		Demonstração do resultado		Demonstração das mutações do patrimônio líquido			
Ativo	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	Capital re-avaliado	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Ativo circulante	3.212	7	Despesas/Receitas Operacionais	(400)	(735)	-	-
Títulos e valores mobiliários	975	-	Despesas Gerais e Administrativas	(400)	(735)	-	-
Cotas de fundos de investimentos	31	-	Outras despesas administrativas	-	(617)	-	-
Outros títulos de renda fixa	944	-	Despesas tributárias	(51)	(51)	-	-
Outros créditos	2.237	7	Despesas de depreciação e amortização	(400)	(67)	(755)	(755)
Diversos	2.237	7	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(400)	(735)	-	-
Ativo não circulante	3.533	3.933	Resultado Financeiro	(476)	(20)	(755)	(755)
Imobilizado de uso	3.533	3.933	Receitas Financeiras	4	-	(755)	(755)
Outros bens do imobilizado de uso	4.000	4.000	Rendas de títulos e valores mobiliários	4	-	(876)	(876)
(Depreciações acumuladas)	(467)	(67)	Despesas Financeiras	(480)	(20)	1.500	624
Total do ativo	6.745	3.940	Despesas com obrigações por empréstimos	(480)	(20)	1.500	1.500
Passivo	31/12/2020	31/12/2019	Resultado Antes dos Tributos e/ou Lucro	(876)	(755)	-	-
Passivo circulante	6.876	4.695	Resultado Líquido das Operações	(876)	(755)	(876)	(876)
Obrigações por empréstimos	2.361	4.651	Continuadas	(876)	(755)	1.500	(1.631)
Empréstimos no país	2.361	4.651	Lucro/ (Prejuízo) do Período	(876)	(755)	(1.631)	(131)
Outras obrigações	4.515	44	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(876)	(755)	-	-
Impostos e contribuições sobre salários	50	-	Nº de Ações	4.000.100	4.000.100	-	-
Demais impostos e contribuições a recolher	11	2	Lucro (prejuízo) por Ação:	(0,219)	(0,189)	-	-
Provisões para pagamentos a efetuar	124	36	Demonstração do resultado abrangente	31/12/2020	31/12/2019	-	-
Diversos	4.330	6	Resultado do período	(876)	(755)	(476)	(688)
Patrimônio líquido	(131)	(755)	Resultado abrangente	(876)	(755)	(1.024)	4.688
Capital:	1.500	-	a Aeronave; e 10% a.a. para as demais contas. 3.4 Provisão para imposto de Renda e Contribuição Social: O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base no lucro tributável, ajustado nos termos da legislação pertinente.	-	-	-	-
De domiciliados no país	4.000	4.000	4. Imobilizado de uso	2020	2019	-	-
(Capital a realizar)	(2.500)	(4.000)	Depreciação	Saldo	Saldo	-	-
Lucros / (prejuízos) acumulados	(1.631)	(755)	Custo acumulada	líquido	líquido	-	-
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	(131)	(755)	4.000	(467)	3.533	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	6.745	3.940	4.000	(467)	3.533	-	-
			4.000	(67)	3.533	-	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A empresa PT-XGS Administração de Bem Próprio S.A. foi constituída em 29 de outubro de 2015, e tem por objetivo social a administração e compartilhamento de bens próprios, visando o uso compartilhado entre os acionistas da Companhia. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base nas práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, Lei no 6.404/76 alterada pela Lei no 11.638/07 e pela Lei no 11.941/09, e de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **3. Principais práticas contábeis:** **3.1 Apuração do resultado:** As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. **3.2 Ativos e passivos circulantes e a longo prazo:** Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidos das correspondentes rendas, despesas a apropriar e, quando aplicável, provisões para perdas. **3.3 Imobilizado:** O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo 10% a.a. para

A Diretoria
Contador
Reinaldo Dantas - CRC 1SP 110330/O-6

Ouro fecha em queda, pressionado por alta do dólar e expectativas sobre Fed

O contrato mais líquido do ouro fechou em baixa nesta sexta-feira, 22, e acumulou perdas nesta semana. O metal precioso foi pressionado pela alta do dólar ante rivais, enquanto operadores também monitoram posições hawkish do Federal Reserve (Fed). Para analistas, o ativo tem se mostrado resiliente no cenário atual. O ouro para junho encerrou a sessão com perda de 0,71%, a US\$ 1.934,30 a onça-troy, na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex). Na semana, a perda acumulada ficou em torno de 2%.

Isto é Dinheiro

Publicidade Legal

Brassinter S/A Indústria e Comércio

CNPJ/MF nº 56.994.460/0001-37

Senhores acionistas: Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas, as demonstrações contábeis referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 18 de março de 2022.

Balancão Patrimonial (em milhares de R\$)				
Ativo	2021	2020		
Circulante	19.840	14.634		
Caixa e equivalentes de caixa	1.350	2.474		
Tributos a receber	3.961	4.670		
Estoques	10.584	5.812		
Precatórios a receber	1.033	-		
Tributos a recuperar	2.846	1.494		
Outras contas a receber	57	175		
Despesas antecipadas	9	9		
Não Circulante	6.475	6.547		
Depósitos judiciais	2.222	2.167		
Imobilizado	4.227	4.358		
Intagível	26	22		
Total do Ativo	26.315	21.181		
Passivo				
Circulante	2021	2020		
Fornecedores	2.348	2.217		
Obrigações trabalhistas	1.102	1.325		
Obrigações tributárias	1.265	1.605		
Dividendos e participações a pagar	2.251	1.200		
Outras contas a pagar	75	155		
Provisão para honorários advocatícios	79	14		
Não Circulante	5.877	5.651		
Tributos parcelados	5.877	5.561		
Provisão para demandas judiciais	-	90		
Patrimônio Líquido	13.318	9.014		
Capital social	11.000	11.000		
Reservas de lucros	2.200	2.041		
Lucros acumulados	118	(4.027)		
Total do Passivo	26.315	21.181		
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (em milhares de R\$)				
Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.000	2.041	(1.290)	11.751
Prejuízo do exercício	-	-	(2.737)	(2.737)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	11.000	2.041	(4.027)	9.014
Lucro do exercício	-	-	5.802	5.802
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	153	153
Reserva Legal	-	159	(159)	-
Dividendos distribuídos	-	-	(1.451)	(1.451)
Participação estatutária	-	-	(200)	(200)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	11.000	2.200	118	13.318
Demonstração do Fluxo de Caixa (em milhares de R\$)				
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2021	2020		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	5.802	(2.737)		
Itens que não afetam o caixa operacional				
Depreciação do exercício	1.036	1.418		
Baixa do ativo imobilizado líquido	105	270		
Amortização do exercício	8	7		
Atualização monetária de depósito judicial	(55)	(47)		
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(51)	-		
Atualização monetária parcelamento tributário - PAES	811	-		
Provisão para perdas nos estoques	(18)	(12)		
Provisão para juros a transcorrer	69	(38)		
Provisão para honorários advocatícios	65	(503)		
Total	7.886	(1.653)		
Adições/(Diminuição) dos ativos e passivos				
Contas a receber	(324)	(1.315)		
Estoques	(4.754)	(57)		
Precatórios a receber	-	6.251		
Tributos a recuperar	(1.352)	1.469		
Outras contas a receber	118	(127)		
Despesas antecipadas	-	19		
Depósitos judiciais	-	(824)		
Fornecedores	131	(63)		
Obrigações trabalhistas	(223)	310		
Obrigações tributárias	(904)	774		
Dividendos a pagar	-	(598)		
Outras contas a pagar	(80)	55		
Total	(7.886)	(1.653)		
Fluxo líquido de caixa	0	0		
Caixa e equivalentes de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.474	2.368		
Caixa e equivalentes de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.350	2.474		
Total	(1.124)	106		
A Diretoria Ana Maria Galloro Laporta – Contadora CT CRC 1SP 203.642/O-6				
Avenida das Nações Unidas, 21344 – Vila Almeida-SP-SP As notas explicativas e o parecer dos auditores estão à disposição dos srs.acionistas				

Clínicas do Brasil Holding S.A.

CNPJ/ME nº 23.670.693/0001-25 – NIRE 35.300.484.592

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Reunião Digital: Acesso pelo Link: https://teams.microsoft.com/_#/meeting_MTU3N-jdijZjYmNIN500NDjLTg5ZTctNzc0NG00ZjBhMGI2@thread.v2/0?context=%7B%22Tid%22%3A%221b4ff8a1-90f8-4ca6-854d-c5c61aff2ebc%22,%22Oid%22%3A%221dfbbe54-7b66-4e8e-8085-c505f07009cb%22%7D&anon=true&deeplinkid=59a787db-3786-4c0b-bdc3-8a30bbe29737. Ficam convocados os acionistas da **Clínicas do Brasil Holding S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia **02 de maio de 2022, às 10 horas**, em 1ª (primeira) convocação, por meio de videoconferência, nos termos da Instrução Normativa do DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 ("IN DREI 81"), e do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte **Ordem do Dia:** (i) as contas da administração, o relatório anual da administração consubstanciado nas demonstrações financeiras da Companhia e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) a proposta da administração da Companhia de destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e (iii) a eleição ou reeleição, conforme aplicável, dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados da Sra. Patrícia Passos (Jurídico), e-mail patricia.passos@oply.com.br com, no mínimo, **72 (setenta e duas) horas** de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; (b) ato societário de eleição do administrador que (b.1) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica; ou (b.2) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Em cumprimento ao disposto no Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi outorgada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, conteúdo e reconhecimento da firma do outorgante. Conforme estabelecido na Instrução Normativa do DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, os documentos mencionados acima deverão ser apresentados pelos acionistas à Companhia até, no máximo, 30 (trinta) minutos anteriores ao horário da abertura dos trabalhos. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Alternativamente, os acionistas poderão participar da Assembleia por meio do envio de boletim de voto a distância ("Boletim"), o qual conterá, na forma da IN DREI 81, (a) todas as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, (b) orientações sobre o seu envio à Companhia, (c) indicação dos documentos que devem acompanhá-lo para verificação da identidade do sócio, bem como de eventual representante e (d) orientações sobre as formalidades necessárias para que o voto seja considerado válido. O Boletim deverá ser devolvido à Companhia, devidamente preenchido e assinado pelo acionista, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência à data de realização da Assembleia, nos termos da IN DREI 81. A Companhia deve, em até 2 (dois) dias úteis do recebimento do Boletim: (a) comunicar o recebimento do boletim de voto à distância, confirmando que o Boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (b) informar sobre a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Por fim, lembramos que os acionistas minoritários vinculados ao Acordo de Acionistas Minoritários da Companhia celebrado em 15.05.2021 deverão observar as disposições relacionadas ao Voto em Bloco, devidamente descritas nas Cláusulas 3.1 e seguintes de referido Acordo. Desta forma, considera-se convocada nesta data a Reunião Prévía, que deverá ser realizada em até 2 (duas) horas antes do horário da Assembleia, na qual os Acionistas Minoritários deverão apresentar voto, dissidência e/ou protesto por escrito, de modo a estabelecer a orientação de voto do Bloco de Acionistas Minoritários. Após o encerramento da Reunião Prévía, deverá ser lavrada a ata com a orientação de voto adotada pelos Acionistas Minoritários, que será entregue pelo Sr. Ruy Cunha ao presidente ou secretário da Assembleia. Isto posto, a Companhia informa que, nos termos do § 8º do art. 118 da Lei das Sociedades por Ações, não serão computados os votos preferidos na Assembleia que estejam em desacordo com o disposto no Acordo de Acionistas, notadamente com relação à dinâmica do Voto em Bloco. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social a Companhia. São Paulo, 23 de abril de 2022.

Fernando Henrique de Aldemundo Pereira – Presidente do Conselho de Administração
(23, 26 e 27/04/2022)

PT-XGS Administração de Bem Próprio S/A.

CNPJ/ME nº 23.568.425/0001-05

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 (valores em milhares de reais)

Balancão patrimonial		Demonstração do Resultado		Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Ativo	31/12/2019	31/12/2019		Lucros ou prejuízos	Total
Ativo circulante	7	Despesas/Receitas Operacionais	(735)		
Outros créditos	7	Despesas Gerais e Administrativas	(735)		
Diversos	7	Outras despesas administrativas	(617)		
Ativo não circulante	3.933	Despesas tributárias	(51)		
Imobilizado de uso	3.933	Despesas de depreciação e amortização	(67)		
Outros bens do imobilizado de uso (Depreciações acumuladas)	4.000	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(735)		
Total do ativo	3.940	Resultado Financeiro	(20)		
Passivo	31/12/2019	Despesas Financeiras	(20)		
Passivo circulante	4.695	Despesas com obrigações por empréstimos	(20)		
Obrigações por empréstimos	4.651	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(755)		
Empréstimos no país	4.651	Resultado Líquido das Operações Continuadas	(755)		
Outras obrigações	44	Lucro/(Prejuízo) do Período	(755)		
Demais impostos e contribuições a recolher	2	Nº de Ações	4.000.100		
Provisões para pagamentos a efetuar	36	Lucro (prejuízo) por Ação:	(0,189)		
Diversos	6	Demonstração do resultado abrangente	(755)		
Patrimônio líquido	(755)	Resultado do período	(755)		
Capital:	-	Resultado abrangente	(755)		
De domiciliados no país	4.000				
(Capital a realizar)	(4.000)				
Lucros / (prejuízos) acumulados	(755)				
Total do passivo e patrimônio líquido	3.940				

1. Contexto Operacional: A empresa PT-XGS Administração de Bem Próprio S.A. foi constituída em 29 de outubro de 2015, e tem por objetivo social a administração e compartilhamento de bens próprios, visando o uso compartilhado entre os acionistas da Companhia. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base nas práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, e de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **3. Principais Práticas Contábeis:** **3.1 Apuração do resultado:** As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. **3.2 Ativos e passivos circulantes e a longo prazo:** Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidos das correspondentes rendas, despesas a apropriar e, quando aplicável, provisões para perdas. **3.3 Imobilizado:** O imobilizado está registrado

pelo custo de aquisição. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo 10% a.a. para a Aeronave; e 10% a.a. para as demais contas. **3.4 Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base no lucro tributável, ajustado nos termos da legislação pertinente.

4. Imobilizado de uso

	2019	
	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Sistema de Transportes	4.000	(67)
Aeronave	4.000	(67)
Total	4.000	(67)

5. Capital Social: O capital social subscrito é de R\$ 4.000, dividido em 4.000 ações todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal, a integralizar pelos acionistas. Do resultado apurado em cada exercício social, após a dedução dos prejuízos acumulados

de R\$ 755, a 18,875% do capital social. O saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinara a Assembleia Geral. **6. Juros de Capital Próprio:** No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 não foi pago juros sobre capital próprio, conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95. **7. Contingências:** Impostos e contribuições permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

A Diretoria
Contador
Reinaldo Dantas - CRC 1SP 110330/O-6

Investidor estrangeiro retira R\$ 478,928 milhões na B3

Os investidores estrangeiros retiraram R\$ 478,928 milhões da B3 na sessão da terça-feira, 19. Em abril, houve saída de R\$ 580,836 milhões da Bolsa. O montante é resultado de compras acumuladas de R\$ 195,210 bilhões e vendas de R\$ 195,791 bilhões. No acumulado de 2022, o capital externo está positivo em R\$ 64,747 bilhões. No dia 19, o Ibovespa fechou em queda de 0,55%, a 115.056,66 pontos. Já os investidores institucionais ingressaram com R\$ 362,572 milhões da Bolsa na sessão. Em abril, há

retirada de R\$ 6,341 bilhões da Bolsa. O total resulta de compras de R\$ 95,012 bilhões e vendas de R\$ 101,354 bilhões. Em 2022, a retirada é de R\$ 67,415 bilhões.

No mesmo dia, os investidores individuais ingressaram com R\$ 108,721 bilhões na B3. No mês, esses investidores aportaram R\$ 2,555 bilhões, resultado de compras de R\$ 55,437 bilhões e vendas de R\$ 52,881 bilhões. Neste ano, o investidor pessoa física já retirou R\$ 9,001 bilhões da Bolsa.

Isto é Dinheiro

Bolsas de NY fecham em baixa acima de 2,5%, com sinais do Fed, balanços e cautela

Os mercados acionários de Nova York registraram quedas consideráveis, nesta sexta-feira, 22. Os índices foram pressionados pela postura pró-aperto monetário do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), por alguns resultados trimestrais de empresas e também pela cau-

tela nos mercados em geral, com autoridades notando riscos à perspectiva atual, como a desaceleração econômica da China e a guerra na Ucrânia e seus desdobramentos.

O índice Dow Jones fechou em baixa de 2,82%, em 33.811,40 pontos, o S&P 500 recuou 2,77%, a 4.271,78 pontos, e o Nasdaq teve que-

da de 2,55%, a 12.839,29 pontos. Na comparação semanal, o Dow Jones caiu 1,86%, o S&P 500 cedeu 2,75% e o Nasdaq, 3,83%.

A sinalização de altas de juros tende a conter o apetite pelas ações. Ontem, o presidente do Fed, Jerome Powell, disse que pode haver alta de 50 pontos-base nos juros em

maio. Hoje, a presidente da distrital de Cleveland do BC americano, Loretta Mester, defendeu essa elevação em maio e também em outras reuniões, para levar logo a taxa a um nível neutro.

Além disso, houve cautela nas bolsas dos dois lados do Atlântico. A presidente do Banco Central Europeu

(BCE), Christine Lagarde, destacou riscos no horizonte, como o quadro na China, e também para o comércio global, e a secretária do Tesouro americano, Janet Yellen, também mencionou o quadro no país asiático e a guerra na Ucrânia como riscos.

Isto é Dinheiro

IMB Têxtil S/A
CNPJ/MF nº 58.500.398/0001-05

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020	2021	2020
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.448	6.677	16.282	27.097	Empréstimos e financiamentos	11	10.100	2.270	10.100	2.270
Contas a receber de clientes	6	55.748	36.922	69.493	44.681	Passivo de arrendamento	20	1.723	764	1.723	764
Estoques	7	25.157	15.908	25.157	15.908	Fornecedores	12	14.216	8.105	14.216	8.105
Impostos a recuperar	8	5.958	622	5.960	679	Obrigações sociais e trabalhistas	13	5.379	4.365	6.859	4.882
Adiantamentos	9	493	1.982	553	2.035	Obrigações tributárias	14	1.273	1.822	1.811	7.821
Total do ativo circulante		91.804	62.111	117.445	90.400	Imposto de renda e contribuição social		-	-	1.804	2.175
						Adiantamentos de dividendos		17.700	-	-	-
Não circulante						Outras contas a pagar		5.862	3.417	5.882	3.458
Outras contas a receber	9	21	21	21	21	Total do passivo circulante		56.253	20.743	42.395	29.475
Contas a receber de clientes	6	1.445	149	1.550	303	Não circulante					
Impostos a recuperar	7	9.615	16.043	9.615	16.043	Empréstimos e financiamentos	11	35.118	44.999	35.118	44.999
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	9.836	9.859	9.835	9.859	Obrigações sociais e trabalhistas	13	1.201	-	1.325	-
Mútuos financeiros entre partes relacionadas		-	-	7.187	-	Obrigações tributárias	14	-	-	2.669	-
Depósitos judiciais		119	469	119	469	Imposto de renda e contribuição social		-	-	712	-
Direitos contratuais a receber		-	-	-	13.147	Provisão para contingências		594	256	594	13.403
Investimentos		43.381	19.807	-	-	Passivo de arrendamento	15	10.471	2.682	10.471	2.682
Ativo de direito de uso	20	11.490	2.844	11.490	2.844	Outras contas a pagar		4	-	4	-
Imobilizado		2.394	1.987	2.394	1.987	Total do passivo não circulante		47.388	47.937	50.893	61.084
Intangível		1.188	519	1.284	615	Patrimônio líquido	16				
Total do ativo não circulante		79.489	51.698	43.495	45.288	Capital social		29.653	29.653	29.653	29.653
						Reserva de lucros		20.545	-	20.545	-
Total do ativo		171.293	113.809	160.940	135.688	Reserva legal		17.454	17.454	17.454	17.454
						Lucros/prejuízos acumulados		-	(1.978)	-	(1.978)
						Total do patrimônio líquido		67.652	45.129	67.652	45.129
						Total do passivo e do patrimônio líquido		171.293	113.809	160.940	135.688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Período findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

Saldo em 01 de janeiro de 2020	Nota	Controladora		Consolidado		Saldo em 31 de dezembro de 2020	Nota	Controladora		Consolidado	
		Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Lucros a destinar			Lucros/Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido	
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-		-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		29.653	17.454	-	-	29.653		17.454	-	-	29.653
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-		-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	22.523	-		-	-	-	-
Absorção de prejuízos acumulados com resersas de lucros		-	-	-	(1.978)	-		-	-	-	-
Constituição da reserva legal		-	-	1.126	(1.126)	-		-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		15	29.653	17.454	19.419	-		15	29.653	17.454	67.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional – A IMB Têxtil S.A., fundada em janeiro de 1988, é uma sociedade anônima, localizada na cidade de São Paulo. Em conjunto com as suas controladas, atuam no varejo, por meio de franquias da marca Puket, que atua no ramo de vestuário, especialmente *underwear* e *sleep wear*, e possui 179 franquias. **Impactos do COVID-19:** Desde o início da pandemia, o Grupo tomou ações com o objetivo de melhorar as condições de trabalho dos seus colaboradores visando a preservação da saúde de todos. Entre as ações, destacamos: (i) doações de máscaras de proteção para todos os colaboradores; (ii) adequação de postos de trabalho para melhorar as condições de afastamento necessárias para as operações; (iii) adequação e melhoria no restaurante do centro de distribuição em Santa Catarina; (iv) acompanhamento constante dos trabalhadores em home office com o devido suporte. Ao longo do exercício, o Grupo manteve as operações com ótimo desempenho, mesmo considerando o cenário de incertezas, com a retomada gradual das atividades e avanço da vacinação, a administração avaliou os impactos subsequentes às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021, inclusive nas suas projeções de resultado e geração de caixa, aplicando a sua melhor estimativa, e concluiu que não há necessidade de contabilização de provisões para perdas de ativos não financeiros e não há efeitos materiais adversos nas suas operações que coloquem em dúvida a sua continuidade operacional. A Administração seguirá monitorando todos os assuntos relacionados a pandemia diariamente e entende que as medidas adotadas garantirão a preservação do caixa e a continuidade das operações do Grupo. Num cenário de tamanha incerteza, a Companhia não observou indícios, em 31 de dezembro de 2021, que perdas por redução do valor recuperável de ativos deveriam ser reconhecidas. **Controladas:** A Companhia é controladora das seguintes empresas: **Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda.** – 99,99% da empresa responsável pela concessão e gestão das franquias da marca Puket e que detém 99,99% da empresa Lojas Puket Ltda. **Lojas Puket Ltda.** – 99,99% Empresa atuava no varejo, comercializando os produtos da marca Puket e tem como principais produtos, meias e artigo de *homewear*. Suas atividades foram encerradas em dezembro de 2020.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração no dia 20 de abril de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo ou pelo valor amortizado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(i) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas notas explicativas: **Nota explicativa 30 – Operações descontinuadas:** Classificação da operação de produção (fábrica) da IMB Têxtil como operações descontinuadas. **Nota explicativa 31 – Operações de arrendamento:** Prazo de arrendamento: se a Companhia tem razoável certeza de exercer opção de prorrogação. **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa 3 m (i) – Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) – Ativos Financeiro e 6 – Contas a receber:** Mensuração e registro de perda por redução ao valor recuperável, principal premissa na determinação da taxa média ponderada de perda; **Nota explicativa 7 – Estoques:** Critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques. **Nota explicativa 12 – Impostos diferidos:** A análise de realização dos impostos diferidos gerados sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa, baseados em perspectiva de lucro tributável futuro. **Nota explicativa 22 – Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas:** Principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **(iii) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso incluiu uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 2 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro. A administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na **nota explicativa 4 Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros.**

3. Principais políticas contábeis – As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a. Base de consolidação: Combinação de negócios:** Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia e suas controladas. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. **Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a — ou tem direito sobre — retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **Participação de acionistas não-controladores:** A Companhia e suas controladas elegeram mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia e suas controladas em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **Perda de controle:** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia e suas controladas desreconhecem os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia e suas controladas retêm qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **Investimentos em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos da Companhia e suas controladas em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e controladas. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia e suas controladas no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia e suas controladas na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **Descrição dos principais procedimentos de consolidação:** – Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Empresas consolidadas; – Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das Empresas controladas; – Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as Empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **b. Moeda estrangeira: (i) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **(ii) Operações no exterior:** Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. Se a Companhia e suas controladas baixarem parte de sua participação em uma controlada, mas manter o controle, a proporção relevante do valor acumulado será atribuída à participação de acionistas não controladores. Quando a Companhia e suas controladas baixarem apenas parte de uma associada ou joint venture, mantendo uma influência significativa ou controle conjunto, a proporção relevante do valor acumulado é reclassificada para o resultado. **c. Operação descontinuada:** Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Companhia que compreende operações e fluxos

Demonstrações dos Resultados – Período findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	2021	2020	2021	2020	
Receita operacional líquida	17	130.343	79.166	163.070	94.050
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	18	(80.427)	(40.811)	(80.427)	(40.811)
Lucro bruto		49.916	38.355	82.643	53.239
Despesa de vendas	18	(22.662)	(34.525)	(25.764)	(36.753)
Despesas gerais e administrativas	18	(24.505)	(16.750)	(27.748)	(16.982)
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros		(661)	1.512	(680)	1.512
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(49)	683	(49)	745
Resultado equivalência patrimonial		23.575	8.444	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		25.614	(2.281)	28.402	1.761
Despesas financeiras	19	(4.638)	(5.672)	(4.215)	(8.060)
Receitas financeiras	19	1.610	1.528	2.523	1.841
Resultado financeiro líquido		(3.028)	(4.144)	(1.692)	(6.219)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		22.586	(6.425)	26.710	(4.458)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(39)	-	(4.163)	(1.967)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(24)	-	(24)	-
Total do imposto de renda e contribuição social		(63)	-	(4.187)	(1.967)
Resultado líquido das operações continuadas		22.523	(6.425)	22.523	(6.425)
Operações descontinuadas					
Resultado líquido das operações descontinuadas		-	4.447	-	4.447
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		22.523	(1.978)	22.523	(1.978)
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		22.523	(1.978)	22.523	(1.978)
Resultado por ação ordinária básico e diluído (em R\$)		6,896	(0,606)	6,896	(0,606)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes – Período findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado líquido do exercício	22.523	(1.978)	22.523	(1.978)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	22.523	(1.978)	22.523	(1.978)
Atribuído a sócios da empresa controladora	22.523	(1.978)	22.523	(1.978)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto – Período findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	22.523	(1.978)	22.523	(1.978)
Resultado líquido do exercício	22.523	(1.978)	22.523	(1.978)
Ajustes para:				
Resultado de equivalência patrimonial	(23.574)	(8.444)	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	661	(1.513)	680	(1.513)
Provisão para contingências	338	(129)	338	(129)
Provisão para perda de estoques	(381)	(5.943)	(381)	(5.943)
Baixa de ativo imobilizado e ativo intangível	-	1.352	-	1.352
Impostos diferidos	23	-	23	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	4.187	1.011
Juros sobre arrendamentos	591	393	591	393
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	3.379	4.053	3.379	4.053
Impairment de ativo intangível	-	-	-	(61)
Depreciação e amortização	1.849	3.115	1.849	3.115
Outros	(756)	-	(1.264)	-
4.653 (9.094) 31.925 300				
Redução (aumento) nos ativos:				
Contas a receber de clientes	(18.823)	20.045	(24.224)	23.834
Estoques	(9.717)	(452)	(9.717)	(452)
Impostos a recuperar	741	2.349	748	2.318
Adiantamentos	1.839	(567)	1.832	(618)
Outras contas a receber	-	(321)	-	(321)
(25.960) 21.054 (31.361) 24.761				

... continuação

seguintes condições forem satisfaitas: - A Companhia transferiu ao franqueado e lojista os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos e cumpriu com todas as obrigações de desempenhos previstas; - A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; - Nas operações do e-commerce o reconhecimento da venda é quando a mercadoria for recebida pelo cliente, e na devolução existe um acompanhamento do seu percentual sobre a venda total, que atualmente é inferior a 1%, não necessitando de constituição de provisão para desfazimento da venda; - O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; - É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e - Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. • **Receita de royalties e serviços:** A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis. A receita é reconhecida em duas oportunidades; uma parcela fixa na assinatura do contrato de franquia, e um percentual sobre as compras e/ou vendas realizadas pelos franqueados, dependendo da marca, no período de competência. **e. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contista a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contista a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contista a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 5 - Caixa e equivalentes de caixa). No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia e suas controladas realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **f. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor do realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui ajustes incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los para suas localizações e condições existentes. O custo das mercadorias para revenda compreende o custo do material importado, o que abrange os respectivos impostos de importação e demais despesas aduaneiras. **g. Investimentos:** Investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial na controladora. **h. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas incluem: o custo de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilização. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, a depreciação é reconhecida no resultado. As vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes:

	Vida útil
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **i. Intangíveis: Reconhecimento e Mensuração: Softwares:** Os softwares são reconhecidos pelo custo, através do preço de compra adicionando qualquer custo diretamente atribuível à elaboração do ativo para a finalidade pretendida, deduzido da amortização acumulada. Todos os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Vida útil
Softwares	2 a 5 anos

j. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento: (i) Arrendamentos: Um contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício de tempo em troca de pagamentos, para o qual é necessário avaliar se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; (ii) a Companhia e suas controladas têm o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o exercício do contrato; e (iii) a Companhia e suas controladas têm o direito de direcionar o uso do ativo. Significa que a Companhia e suas controladas tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual

IMB Têxtil S.A.

finalidade o ativo é usado. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental. Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança (i) nos pagamentos futuros decorrente de uma mudança no índice ou taxa (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido ou (iii) mudanças na avaliação se a Companhia e suas controladas exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento. **k. Ativos mantidos para venda:** Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis da Companhia e suas controladas. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados. **l. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: 1) a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; 2) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e 3) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação que reflete os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da atualização monetária é reconhecido como despesa financeira. **m. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) (i) Ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para perdas com contas a receber de clientes é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações "forward looking". A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma). A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos. **(ii) Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e ativos contratuais) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **n. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **o. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos de fornecedores, variação cambial ativa e juros recebidos de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial passiva e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: - valor contábil bruto do ativo financeiro; ou - ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **p. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada

a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. A controlada Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda. tributa seus lucros pelo Lucro Presumido, neste caso, o imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base na presunção das receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 4,80% para imposto de renda e 2,88% para contribuição social. Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas: - 15% de imposto de renda sobre a receita financeira apurada no período; - 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido (base de cálculo) que exceder a R\$ 60 no trimestre, ou pelo resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração; - 9% de contribuição social sobre a receita financeira apurada no período. **(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto de renda não é reconhecido para: - diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; - diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas e, na extensão que a Companhia e suas controladas sejam capazes de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e - diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **q. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. **r. Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado quando existe segurança de que: (a) a Companhia e suas controladas cumpriram todas as condições estabelecidas; e (b) a subvenção será recebida. A contabilização é a mesma independentemente de a subvenção ser recebida em dinheiro ou como redução de passivo.

4. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - a. Gerenciamento de riscos: A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: - Risco de crédito (veja (ii)); - Risco de liquidez (veja (iii)); - Risco de mercado (veja (iv)). **(i) Estrutura de gerenciamento de riscos:** A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **(ii) Risco de crédito:** É o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento da inadimplência, a Companhia e suas controladas monitoram o risco por meio de análises periódicas do nível de inadimplência, bem como pela adoção de formas mais eficazes de cobrança. Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras consolidadas estão demonstrados a seguir:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	16.281	27.097
Contas a receber de clientes	71.042	44.984
Adiantamentos	574	2.056
	74.137	74.137

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito e moeda relacionados ao contista a receber são divulgadas nas notas explicativas 6 e 3 m (i), respectivamente. **(iii) Risco de liquidez:** É o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que tenham caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas mantêm saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. Os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez. **(iv) Risco de mercado:** É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco cambial:** A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados. A exposição cambial está assim representada:

	Consolidado	2021	2020
Contas a receber - exterior - USD		539	789
Fornecedores - exterior - USD		(4.307)	-
Exposição líquida		(3.768)	789

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio: A Companhia e suas controladas possuem ativos atrelados à moeda estrangeira - dólar (USD) - no balanço de 31 de dezembro de 2021 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado vigente no fim do exercício de elaboração destas informações contábeis. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	Base de cálculo	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dólar				
Taxa de câmbio em 31/12/2021		5,5805	5,5805	5,5805
Taxa câmbio estimada para exercício de 2022		5,6000	7,0000	8,4000
Contas a receber - exterior	539	2	13	272
Contas a receber - exterior	(4.307)	(15)	(1.096)	(2.176)
Despesa de variação cambial no resultado		(13)	(958)	(1.904)

(v) Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos. A Companhia e suas controladas não contabilizam nenhum ativo ou passivo financeiro com taxa de juros pré-fixada pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia e suas controladas não designam derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de hedge usando o modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros ao final do período de relatório não impactaria o resultado da Companhia e suas controladas. A exposição ao risco de taxa de juros está assim representada:

continua ...

... continuação

IMB Têxtil S.A.

Instrumentos financeiros com taxa de juros pós-fixada
 Aplicações financeiras – caixa e equivalentes de caixa 15.271 26.320
 Empréstimos e financiamentos 45.218 47.269
Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros oriundos dos empréstimos da Companhia

e suas controladas são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI. Em 31 de dezembro de 2020, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável, foi mensurado considerando uma taxa base de CDI em 3%. O rendimento das aplicações financeiras e despesas dos empréstimos foi projetado para os próximos 12 meses. A análise pressupõe que todas as outras variáveis permaneceriam constantes.

16. Patrimônio líquido – controladora – a. Capital social: O capital social integralizado é de R\$ 29.653 formado por 3.265.936 ações ordinárias nominativas da acionista: Uni.co Comércio S.A.

Operação	Consolidado		Provável			Possível			Remoto		
	2021	2020	Taxa CDI estimada	Receita/(despesa) estimada	Taxa CDI estimada	Receita/(despesa) estimada	Taxa CDI estimada	Receita/(despesa) estimada	Taxa CDI estimada	Receita/(despesa) estimada	
Aplicações financeiras	15.271	26.320	3,00%	458	2,25%	344	1,50%	229	3,00%	(2.035)	
Empréstimos e financiamentos	(45.218)	(47.269)	3,00%	(1.357)	3,75%	(1.696)	4,50%	(2.035)			
Efeito líquido				(898)		(1.352)		(1.806)			

b. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo. 193 da Lei nº 6.404/76. **c. Destinação do resultado**
 O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (I) 5% para constituição da reserva legal; (II) dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado; (III) o restante terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral. **d. Reserva de retenção lucros:** Destinado a fazer frente ao plano de investimentos, conforme orçamento de capital a ser submetido para aprovação dos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

17. Receita operacional líquida – Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

(vi) Risco operacional: É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da mesma e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. **b. Instrumentos financeiros – valor justo:** Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 2020 são, em todos os casos, uma aproximação razoável do valor justo por ter vencimento no curto prazo ou por ter taxas pós-fixadas. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo, todos de classificação de hierarquia Nível 2, conforme nota explicativa 3 e. – **Instrumentos financeiros: Contas a receber de clientes, fornecedores, adiantamentos, outras contas a receber e outras contas a pagar** – Decorrem diretamente das operações da Companhia e suas controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. **Empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento, investimentos a pagar** – São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de empréstimos específicas para empréstimos.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentado a seguir:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Saldo inicial	(1.850)	(3.363)	(1.850)	(3.363)
Adições	(1.921)	(2.245)	(2.089)	(2.245)
Reversões	1.260	3.758	1.409	3.758
Saldo final	(2.511)	(1.850)	(2.530)	(1.850)

18. Despesas por natureza

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Vendas de mercadorias – mercado interno	160.180	99.343	160.180	99.343
Vendas de mercadorias – mercado externo	1.658	923	1.658	923
Prestação de serviços	108	7	35.931	16.300
Receita bruta	161.945	100.273	197.770	116.566
Impostos sobre vendas	(27.792)	(17.557)	(30.890)	(18.966)
Devoluções de vendas	(3.809)	(3.550)	(3.809)	(3.550)
Total	130.343	79.166	163.070	94.505

Determinados itens, de coleções antigas ou de baixa rotatividade ou classificados como não vendáveis, por defeitos diversos, são considerados obsoletos e foram objeto de constituição de provisão para estoques obsoletos. Os saldos de produtos acabados e em elaboração correspondem a produção de facionados (ateliês) de linhas de lingerie e banho.

a. Ajuste ao valor realizável líquido

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Saldo inicial	(736)	(6.679)	(736)	(6.679)
Adições	(225)	(736)	(225)	(736)
Reversões	606	6.679	606	6.679
Saldo final	(355)	(736)	(355)	(736)

19. Resultado financeiro líquido

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(80.427)	(40.811)	(80.427)	(40.811)
Salários e encargos	(16.531)	(14.737)	(21.029)	(16.450)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(1.490)	(6.913)	(1.882)	(7.530)
Comissões	(1.523)	(1.827)	(1.523)	(1.827)
Depreciação/amortização	(1.849)	(3.115)	(1.849)	(3.115)
Descontos comerciais	(435)	(5.578)	(435)	(5.578)
Publicidade e propaganda	(3.575)	(3.491)	(3.586)	(3.511)
Viagens e representações	(400)	(753)	(473)	(787)
Provisão para contingências	25	(442)	25	(442)
Fretes e carretos	(6.584)	(4.977)	(6.584)	(4.977)
Tributos e taxas	(1.961)	(1.776)	(1.987)	(1.779)
Aluguéis e manutenção	(2.038)	(1.924)	(2.061)	(1.939)
Informática	(2.238)	(1.415)	(2.290)	(1.430)
Consultoria	(2.623)	(1.882)	(2.652)	(1.882)
Participação nos lucros	(2.330)	(105)	(3.316)	(105)
Outras receitas e despesas	(3.615)	(2.340)	(3.870)	(2.374)
Total	(127.594)	(92.086)	(133.939)	(94.546)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Caixa e bancos	1	1	1	1
Depósitos bancários	915	767	1.012	776
Aplicações financeiras	6.532	5.909	15.270	26.320
Total	4.448	6.677	16.282	27.097

8. Impostos a recuperar

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Exclusão de ICMS da base de PIS e Cofins (a)	13	16.043	13	16.043
ICMS a recuperar	226	1	226	1
IPI a recuperar	170	14	172	14
PIS/COFINS a recuperar	14.133	521	14.133	571
IRRF	1.029	39	1.029	39
Outros	2	47	2	54
Total	15.573	16.665	15.575	16.722

Receitas financeiras

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Descontos obtidos	125	186	125	189
Juros recebidos	925	788	1.025	839
Rendimentos de aplicações financeiras	81	186	843	445
Variação cambial ativa – não realizada	–	–	–	–
Variação cambial ativa	55	313	55	313
Outras receitas financeiras	424	55	478	55
Total de receitas financeiras	1.610	1.528	2.523	1.841

As aplicações financeiras possuem vencimento de até 3 meses da data de aplicação e são remuneradas a taxas que variam entre 98,5% a 100% do CDI (certificado de depósito interbancário) e são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

9. Adiantamentos

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Adiantamentos a funcionários	200	188	240	241
Adiantamentos a fornecedores	105	1.703	125	1.703
Outros créditos	188	91	188	91
Total	493	1.982	553	2.035

Despesas financeiras

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Descontos concedidos	(81)	(419)	(258)	(557)
Despesas bancárias	(335)	(414)	(383)	(453)
Encargos sobre empréstimos	(23)	(3.521)	(3.379)	(3.521)
Encargos financeiros arrendamentos	(3.379)	(311)	(591)	(311)
Juros passivos	(49)	(614)	–	(2.824)
Variação cambial passiva – não realizada	(591)	(73)	576	(73)
Variação cambial passiva	(178)	–	(178)	–
Outras despesas financeiras	(2)	(320)	(2)	(321)
Total de despesas financeiras	(4.638)	(5.672)	(4.215)	(8.060)

6. Contas a receber de clientes

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Duplicatas a receber	55.225	34.882	69.093	42.795
Duplicatas a receber – exterior	539	789	539	789
Valores a receber de operadoras de cartão de crédito	3.940	3.250	3.941	3.250
Total	59.704	38.921	73.572	46.834

10. Impostos diferidos – O imposto de renda e contribuição social diferidos possuem a seguinte origem:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	32.665	32.688	32.665	32.688
(-) Impairment (a)	(22.829)	(22.829)	(22.829)	(22.829)
Imposto diferido	9.836	9.859	9.836	9.859

Resultado financeiro líquido

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Despesas gerais e administrativas	(24.505)	(16.750)	(27.748)	(16.982)
Total	(127.594)	(92.086)	(133.939)	(94.546)

(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa
(-) Taxa de desconto de cartões

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.511)	(1.850)	(2.530)	(1.850)
(-) Taxa de desconto de cartões	–	–	–	–
Total	57.193	37.071	71.042	44.984

11. Empréstimos e financiamentos – controladora

País	Modalidade	Taxa de juros (%)	Vencimento	31/12/2021		31/12/2020	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Brasil	Capital de giro	CDI + 3,41 % a.a.	Set/21	7.382	28.800	1.716	–
Brasil	CCB	CDI + 3,00 a.a.	Out/2024	2.718	6.318	554	44.999
				10.100	35.118	2.270	44.999

Resultado operacional líquido

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Despesas bancárias	(335)	(414)	(383)	(453)
Encargos sobre empréstimos	(23)	(3.521)	(3.379)	(3.521)
Encargos financeiros arrendamentos	(3.379)	(311)	(591)	(311)
Juros passivos	(49)	(614)	–	(2.824)
Variação cambial passiva – não realizada	(591)	(73)	576	(73)
Variação cambial passiva	(178)	–	(178)	–
Outras despesas financeiras	(2)	(320)	(2)	(321)
Total de despesas financeiras	(4.638)	(5.672)	(4.215)	(8.060)

12. Fornecedores

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fornecedores nacionais	9.909	8.105	9.909	8.105
Fornecedores estrangeiros (US\$)	4.307	–	4.307	–
Total	14.216	8.105	14.216	8.105

13. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Provisão de férias a pagar	1.456	1.169	4.001	1.357
Salários e ordenados a pagar	2.912	476	1.651	516
INSS a pagar	1.917	2.339	2.127	2.585
FGTS a pagar	90	217	103	227
IRRF sobre salários	204	160	302	193
Outros	1	4	–	4
Total	6.580	4.365	8.184	4.882

14. Obrigações tributárias

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
ISS a recolher	2	–	2.806	5.503
ICMS a recolher	449	527	449	527
PIS/COFINS a recolher	430	503	832	999
IPI a recolher	364	730	364	730
Outros	28	62	29	62
Total	1.273	1.822	4.480	7.821

15. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Cíveis	15	40	15	40
Tributárias	–	–	–	13.147
Trabalhistas	579	216	579	216
Total	594	256	594	13.403

16. Patrimônio líquido – controladora – a. Capital social: O capital social integralizado é de R\$ 29.653 formado por 3.265.936 ações ordinárias nominativas da acionista: Uni.co Comércio S.A.

17. Receita operacional líquida – Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

Todos os empréstimos e financiamentos estão garantidos por aval e/ou recebíveis CCB = Cédula de crédito bancário

Esse valor é de responsabilidade dos antigos acionistas da Empresa, conforme previsto no contrato de compra e venda firmado entre a Uni.co Comércio S.A. e os referidos antigos acionistas. Esse valor será reembolsado pela Uni.co Comércio S.A. quando do desconto efetivo no valor a pagar da parcela final referente a essa aquisição, com previsão para o ano de 2021. Um ativo de R\$ 13.147 foi registrado como Direitos Contratuais a receber na Mone Gestão de Franquias Ltda.

18. Despesas por natureza

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(80.427)	(40.811)	(80.427)	(40.811)
Salários e encargos	(16.531)	(14.737)	(21.029)	(16.450)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(1.490)	(6.913)	(1.882)	(7.530)
Comissões	(1.523)	(1.827)	(1.523)	(1.827)
Depreciação/amortização	(1.849)	(3.115)	(1.849)	(3.115)
Descontos comerciais	(435)	(5.578)	(435)	(5.578)

Pérola Distribuição e Logística S.A.

CNPJ/MF nº 06.204.131/0001-77

Relatório da Diretoria

A Diretoria da Sociedade **Pérola Distribuição e Logística S/A.**, expressa que o ano de 2021 seguiu, nos moldes de 2020, ainda marcado pela crise de saúde global decorrente do Covid-19, e suas variantes, onde a ruptura nas cadeias de suprimento, afetou a economia e o ambiente político ainda continua instável, com inflação crescente. Diante desse cenário desafiador, repleto de incertezas, e com o esforço conjunto de toda a empresa atingimos metas, recordes e um crescimento inimagináveis em um ambiente instável que está sendo esta pandemia com crescentes conflitos políticos. O grupo neste ano adquire a maior idade, 18 anos de história e em seu quadro 1.359 colaboradores, com seis segmentos diferentes, e uma equipe motivada e comprometida, gerada a partir de estratégias de liderança, com empatia e coerência, que sempre aproxima a alta direção para envolvimento coletivo do grupo, gerando confiança, reconhecimento e produtividade. O peso da sustentabilidade tem se tornado relevante nos negócios, pensando nisto estamos buscando reforçar nossas práticas ESG (Environmental, Social and Governance) em ações mais arrojadas, assim realizamos no ano de 2021 investimentos e implementação de 3 usinas de energia fotovoltaica, com previsão de mais 4 para 2022, investimento de alto custo, mas de retorno certo para

as futuras gerações. O foco desses projetos vai além do lucro e pretendem gerar um impacto social e ambiental positivo. Para 2022 temos expectativas de um ano promissor, com abertura de um novo CD em Goiânia, ampliação da Filial DF para um mix de mais 8 mil itens, e o engajamento logístico para otimização dos espaços e melhoria na distribuição. Somos um grupo apaixonado pela movimentação e desenvolvimento, e acreditamos que harmonia e bem-estar aliados a uma boa qualidade de vida podem fazer um mundo melhor, 2021 foi mais um ano desafiador, e que todos os desafios superados nos mostraram o quanto estamos preparados para as adversidades. Apesar dos obstáculos, neste ano de 2021 inauguramos novas unidades, apoiamos parceiros, contribuímos para a geração de empregos, atendemos em média 16.112 clientes por mês, um crescimento de 23% em relação ao ano de 2020, nossas parcerias construídas em anos de trabalho, auxiliaram a minimizar a ruptura do mix e fez grande diferença nas tomadas de decisões estratégicas. Na gestão e proteção de colaboradores em frente a pandemia da COVID-19 temos continuidade nas práticas já adotadas dos protocolos dos órgãos de saúde, envolvendo higienização de ambiente, distanciamento, utilização de máscara, mas o primordial foi a opção pela manutenção dos empregos, que continua

sendo uma estratégia para o próximo ano. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras e Contábeis nos termos da lei 6.404/76 e suas alterações e CPC's, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, referente ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021, bem como colocar à disposição dos interessados as informações e documentações que deram suporte para as Demonstrações, os quais podem ser solicitados na sede da sociedade durante o expediente comercial. A Administração da Companhia reviu, discutiu e concorda com o integral teor das Demonstrações Contábeis e Financeiras assim como com o relatório dos auditores independentes. Aproveitamos o ensejo para agradecermos os esforços de todo o quadro de colaboradores e a confiança de nossos fornecedores, instituições financeiras e órgãos públicos, sem os quais não seria possível alcançar o êxito neste exercício ora encerrado.

Maurício Miguel Elias
Diretor Presidente.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2021		31/12/2020	
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.619	13.210		
Contas a receber	5	122.365	88.493		
Estoques	6	170.439	134.239		
Tributos a recuperar	7	35.918	12.474		
Devoluções a receber		437	466		
Adiantamentos	8	5.040	1.357		
Créditos com acionistas		4.446	5.846		
Outros créditos a receber		104	163		
Total do ativo circulante		351.368	256.248		
Não circulante					
Depósitos judiciais	9	8.482	5.672		
Investimentos	10	9.295	9.212		
Tributos a recuperar	7	43.103	-		
Impostos diferidos	17	2.989	3.391		
Consórcios		962	550		
Empréstimo com partes relacionadas	24	38.415	37.113		
Imobilizado	11	11.240	7.620		
Intangível	12	847	981		
Total do ativo não circulante		115.332	64.539		
Total do Ativo		466.699	320.787		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2019	Notas	Capital social		Reserva de Lucros		Reserva Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Total
		social	incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva Retenção de Lucros			
Distribuição de dividendos	19d	-	-	-	-	19.473	-	77.732
Resultado do exercício		-	-	-	-	(3.000)	18.262	18.262
Constituição reserva incentivos fiscais	19b	-	18.262	-	-	-	(18.262)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)		7.000	68.120	1.400	16.473	16.473	92.994	92.994
Aumento de capital social	19a	43.000	(43.000)	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	19d	-	-	-	-	(5.000)	-	(5.000)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	55.312	55.312
Constituição de reserva legal	19c	-	-	2.766	-	-	(2.766)	-
Constituição reserva de incentivos fiscais	19b	-	52.547	-	-	-	(52.547)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		50.000	77.667	4.166	11.473	11.473	-	143.306

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional – A Pérola Distribuição e Logística S/A (“Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado, instalada à Via Anhanguera Km 24 + 200, bloco V, Módulo 51, Jardim Jaraguá, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05.275-000, inscrita no CNPJ sob o número 06.204.131/0001-77, NIRE sob o número 35300516265 e tem como objetivo social o comércio atacadista, varejista, importação e exportação de produtos alimentícios, produtos de limpeza, latárias, armários, bebidas, ferragens, ferramentas, cosméticos, produtos de perfumaria, beleza e higiene pessoal, empacotamento de açúcar e fabricação de açúcar moído, triturado, refinado.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – a. **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. b. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma mencionado. c. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d. **Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativa e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: • Provisão para perdas esperadas com créditos (Nota Explicativa 3 “e”). • Provisão para perdas com estoque (Nota Explicativa 3 “f”). • Depreciação/amortização dos bens do imobilizado e intangível (Nota Explicativa 3 “g” e 3 “h”). • Provisões para riscos com demandas judiciais (Nota Explicativa 3 “j”). • Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota Explicativa 3 “k”). e. **Mudança de política contábil:** No exercício de 2021, a Sociedade ajustou em suas demonstrações financeiras, retrospectivamente, nos ativos, nos passivos, demonstração do resultado, fluxo de caixa e patrimônio líquido. Tais ajustes decorrem do reconhecimento do ajuste a valor presente. Os valores correspondentes do balanço patrimonial, demonstração do resultado, do fluxo de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, originalmente apresentados estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os impactos no balanço patrimonial do exercício comparativo, findo em 31 de dezembro de 2020 estão apresentados a seguir:

Impactos da reapresentação

Ativo	Impactos da reapresentação		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Contas a receber	88.763	(270)	88.493
Estoques	135.375	(1.136)	134.239
Impostos diferidos	3.080	311	3.391
Demais contas de ativo	94.664	-	94.664
Total do ativo	321.882	(1.095)	320.787
Passivo			
Fornecedores	84.147	(490)	83.657
Demais conta de passivo	144.137	-	144.136
Total do passivo	228.284	(490)	227.793
Patrimônio Líquido			
Reservas de incentivos fiscais	68.725	(605)	68.120
Demais contas de patrimônio líquido	24.873	-	24.874
Total do patrimônio líquido	93.598	(605)	92.994
Total do passivo + patrimônio líquido	321.882	(1.095)	320.787

Os impactos na demonstração do resultado do exercício comparativo, findo em 31 de dezembro de 2020 estão apresentados a seguir:

Impactos da reapresentação

Resultado do exercício	Impactos da reapresentação		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida de vendas de mercadorias	1.029.525	(8.576)	1.020.949
Custo das mercadorias vendidas	(862.627)	7.229	(855.398)
Lucro Bruto	166.898	(1.347)	165.551
Receitas (despesas) operacionais	(138.356)	-	(138.356)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	28.542	(1.347)	27.195
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	5.651	8.306	13.957
Despesas financeiras	(15.714)	(7.875)	(23.589)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)	Demonstrações dos Resultados	
	Notas	31/12/2021
Receita líquida de vendas de mercadorias	20	1.148.983
Custo das mercadorias vendidas	21	(972.634)
Lucro bruto		176.349
Receitas (despesas) operacionais		(138.356)
Despesas com pessoal e encargos	22	(51.630)
Despesas tributárias	22	(20.947)
Despesas comerciais	22	(64.491)
Despesas com operação	22	(26.766)
Despesas administrativas	22	(12.348)
Outras receitas operacionais	23	41.104
Total receitas (despesas) operacionais		(135.078)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		41.271
Receitas (despesas) financeiras		13.957
Receitas financeiras	24	50.699
Despesas financeiras	24	(36.255)
Resultado financeiro líquido		14.444
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		55.715
Imposto de renda e contribuição social correntes		-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(403)
Resultado do exercício		55.312
Quantidade de ações disponíveis no final do exercício (lote de 1.000 ações)	19a	7.000
Ações ordinárias e nominativas	19a	6.300
Ações preferenciais e nominativas	19a	700
Lucro do exercício por ações		2.6088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)	Demonstrações dos Resultados Abrangentes	
	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício	55.312	18.262
Resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	55.312	18.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa- Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)	Demonstrações dos Fluxos de Caixa- Método Indireto	
	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	55.312	18.262
Resultado do exercício	55.312	18.262
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício		
Provisão contingências judiciais	(868)	6.751
Provisão para perda estoques	18	(83)
Provisão de perdas para recebimento de créditos	(538)	429
Ajuste a valor presente de contas a receber	275	270
Ajuste a valor presente de estoques	419	1.136
Ajuste a valor presente de fornecedores	(59)	(490)
Depreciação	1.736	1.772
Amortização	134	137
Baixa de ativo imobilizado	84	434
Imposto de renda e contribuição social diferidos	403	(699)
Resultado ajustado	56.916	27.919
Aumento/Redução – Ativos		
Contas a receber de clientes	(33.609)	(15.976)
Impostos a recuperar	(66.546)	(3.608)
Estoques	(36.637)	(35.413)
Adiantamentos	(3.683)	10.948
Créditos com acionistas	1.400	(3.862)
Empréstimos com partes relacionadas	(1.301)	2.611
Outros créditos	89	(27)
Aumento/Redução – Passivos		
Fornecedores	17.424	6.768
Obrigação tributárias	28.634	(364)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	592	157
Empréstimos com partes relacionadas	1.837	-
Outras contas a pagar	(25)	(145)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(34.910)	(10.993)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(5.440)	(1.834)
Aquisição de intangível	-	-
Aquisição de consórcios	(412)	(191)
Varição de depósitos judiciais	(2.810)	(4.082)
Varição de investimentos	(83)	610
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos	(8.745)	(5.498)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação/pagamento de empréstimos e financiamentos	48.103	18.660
Pagamento de dividendos	(5.000)	(3.000)
Consórcios contemplados a pagar	(38)	(58)
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamentos	43.065	15.602
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	(590)	(889)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	13.210	14.099
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	12.619	13.210
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	(590)	(889)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

financeiros derivativos. c. **Caixa e equivalentes de caixa:** Compostos por saldos de caixa, contas correntes bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com vencimento original igual ou inferior a 90 dias da data do balanço, ou consideradas de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, e que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. d. **Contas a receber:** Os clientes do contas a receber referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e são ajustadas a valor presente se este ajuste for relevante. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização da conta clientes. Para assegurar a efetividade deste ativo, os clientes são avaliados por análise de score, e os clientes analisados que apresentem algum risco de recebimento são submetidos a apresentação de garantia, ou pagamento antecipado. A Administração da Sociedade passou a registrar em suas demonstrações financeiras o ajuste a valor presente nas operações de vendas a prazo, as quais foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Foi utilizado uma taxa média de 11,05% a.a. em dezembro de 2021, base dos descontos dos recebíveis. O ajuste a valor presente das vendas a prazo é registrada na rubrica “Contas a receber” (nota 5) e sua contrapartida na rubrica “Receita líquida de vendas de mercadorias” (nota 20). e. **Provisão perdas esperadas com créditos:** As contas a receber são demonstradas pelos valores faturados por competência até a data do balanço, reduzidos pela provisão para perdas de créditos. Com a adoção do CPC 48/IFRS 9, a Sociedade passou a mensurar a provisão com base na perda esperada. Considerando

continua ...

... continuação

as operações internas da Sociedade, por ocasião dos balanços e balanços, em função de atraso verificado no pagamento de parcela de principal ou de encargos, devendo ser observado o que segue: a) títulos sem atraso: risco nível AAA, no mínimo; b) atraso entre 1 e 10 dias: risco nível AA, no mínimo; c) atraso entre 11 e 20 dias: risco nível A, no mínimo; d) atraso entre 21 e 30 dias: risco nível B, no mínimo; e) atraso entre 31 e 60 dias: risco nível C, no mínimo; f) atraso entre 61 e 90 dias: risco nível D, no mínimo; g) atraso entre 91 e 120 dias: risco nível E, no mínimo; h) atraso entre 121 e 150 dias: risco nível F, no mínimo; i) atraso entre 151 e 360 dias: risco nível G, no mínimo; j) atraso superior a 360 dias: risco nível H.

Critérios de Provisão / Categoria	Pérola Distribuição e Logística S.A.									
	AAA	AA	A	B	C	D	E	F	G	H
Dias Atraso	01-10	11-20	21-30	31-60	61-90	91-120	121-150	151-360	Sup. 360	
Percentual	0,50%	1%	1,50%	2%	3%	10%	30%	50%	70%	100%

f. Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, ou seja, não inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização e, quando aplicável, reduzido por provisão para cobrir eventuais perdas, e atualização por verba recebida ou concedida através de bonificação. As estimativas do valor realizável líquido devem ser baseadas nas evidências mais confiáveis disponíveis no momento em que são feitas as estimativas do valor dos estoques que se espera realizar, já considerando as possíveis perdas. Quando aplicável, é constituída provisão para perda na realização dos estoques, seguindo os critérios apresentados a seguir: • Produtos vencidos/avariados; • Trocas em garantia; • Produtos com vencimento em até 1 mês após na data de fechamento de balanço. **g. Imobilizado:** Registrado pelo custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é registrada pelo método linear com base na estimativa de vida útil dos ativos, conforme taxas anuais demonstradas na nota explicativa nº 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Os terrenos não sofrem depreciação. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. A Sociedade realiza anualmente análise de indícios de perda no valor recuperável do ativo imobilizado. Em 2021 e 2020 não foram identificados indícios de perdas que ensejassem o teste de recuperabilidade. **h. Intangível:** Representado, basicamente, por gastos incorridos na aquisição de softwares, deduzidos de sua amortização, a qual é calculada com base em uma estimativa de vida útil (tempo de uso das licenças ou geração de benefícios à Sociedade). **i. Incentivos fiscais:** Os incentivos fiscais são reconhecidos no resultado ao longo do período, confrontados com as despesas a compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07- Subvenções e Assistências Governamentais. Seguem os incentivos utilizados pela Sociedade: **Bahia:** • Crédito outorgado regulamentado pelo art. 2º do decreto 7.799 de 09/05/2000. • Redução base de cálculo regulamentada pelo art. 1º do decreto 7.799 de 09/05/2000. **Distrito Federal:** • Crédito outorgado do regime especial de apuração regulamentado pela Lei 5.005 de 21/12/2012. **Goias:** • Crédito outorgado regulamentado pelo art. 11º, inc. III do anexo IX do RCTE-GO, com redação dada pelo art. 2º, inc. II, letra h da Lei 13.194/97. • Crédito Outorgado regulamentado pelo art. 11º, inc. XVIII do anexo IX do RCTE-GO, com redação dada pelo art. 1º, inc. I, letra i da Lei 13.453/99. • Redução de base de cálculo regulamentada pelo art. 8º, inc. VIII do anexo IX do RCTE-GO, com redação dada pelo art. 1º da Lei 12.462 de 08/11/1994. • Redução de base de cálculo regulamentada pelo art. 8º, inc. XXXIII do anexo IX do RCTE-GO, com redação dada pelo decreto nº 9.103 de 05/12/2017, decreto nº 9.282 de 20/07/2018 e Convênio ICMS 128/94. **Tocantins:** • Crédito presumido conforme termo de acordo de regime especial para concessão de benefícios fiscais previstos na lei nº 1.303/02. • Crédito presumido conforme termo de acordo de regime especial para concessão de benefícios fiscais previstos na lei nº 1.201/00. Os incentivos fiscais relacionados utilizados como subvenção não estão condicionados a investimentos por parte da empresa, mas todos exigem estornos de créditos, esses estornos foram deduzidos dos valores apurados como subvenção no período. **j. Provisão para riscos com demandas judiciais:** A Sociedade é parte em processos judiciais e administrativos e suas provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para demandas judiciais estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis. Para que as provisões para demandas judiciais apresentadas reflitam a melhor estimativa de desembolsos futuros, os processos judiciais da Sociedade são avaliados e revisados periodicamente, com base em pareceres de advogados internos e externos, para estimar o potencial de perda de cada processo, sendo registrados contabilmente de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que estabelece que uma provisão deva ser reconhecida quando: (a) A Sociedade tem uma obrigação presente como consequência de um evento passado; (b) É provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) O montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não deve ser reconhecida. **k. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** O regime de tributação é o lucro real. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base no lucro do exercício de cada exercício, ajustado na forma legal, sendo o imposto de renda calculado à alíquota de 15% sobre o lucro real acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente a R\$ 240.000,00 e pela contribuição social à alíquota de 9%. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. O imposto sobre a renda diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. O imposto sobre a renda corrente e diferido é reconhecido como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que os impostos também são reco-

nhedidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido. **l. Dividendos:** A proposta de distribuição de dividendos é equivalente ao dividendo mínimo obrigatório (10%) conforme estabelecido no estatuto social da Sociedade. Os dividendos estão registrados como passivo circulante na rubrica "Dividendos a pagar". **m. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros:** A Sociedade reconhece no final de cada período provisões para perdas esperadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A provisão para perda é mensurada por um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, por meio da abordagem simplificada. A Sociedade também avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. **Ativos não financeiros:** A cada data de apresentação das demonstrações financeiras, a Administração da Sociedade avalia se há indicação de perda no seu valor recuperável nos valores contábeis dos ativos não monetários (imobilizado e intangível). Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Os fatores considerados pela Sociedade incluem resultados operacionais de curto prazo, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. **n. Benefícios a empregados:** Os pagamentos de benefícios tais como salários, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência. A Sociedade não possui benefícios para empregados pós emprego, tais como complemento de aposentadoria, nem remuneração com base em participações em ações de seus administradores. **o. Lucro líquido e dividendos por ação:** O lucro líquido e os dividendos por ação são calculados com base na quantidade de ações emitidas.

	2021	2020
4. Caixa e equivalentes de Caixa		
Caixa	1.594	241
Bancos – Conta corrente	7.667	7.024
Aplicações financeiras (*)	3.358	5.944
Total	12.619	13.210
(*) As aplicações financeiras referem-se substancialmente, a operações de curto prazo, de alta liquidez, que estão prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.		
5. Contas a receber de clientes		
Duplicatas a receber	126.042	93.885
Cartões de créditos a receber	3.211	2.637
Cheques devolvidos	49	94
(-) Provisão para perdas com créditos	(5.171)	(5.709)
(-) Recebimentos a identificar	(1.220)	(2.144)
(-) AVP Contas a receber	(544)	(270)
Total	122.365	88.493
O contas a receber manteve o critério de vencimento distribuído conforme se segue:		
Idade de vencimento	2021	2020
A vencer	124.047	90.271
Vencidos:		
De 1 a 10 dias	322	447
De 11 a 20 dias	97	104
De 21 a 30 dias	41	45
De 31 a 60 dias	64	139
De 61 a 90 dias	47	98
De 91 a 120 dias	23	15
De 121 a 150 dias	52	61
De 151 a 360 dias	351	700
Acima de 361 dias	4.258	4.736
Total	129.301	96.616
A movimentação da provisão para perdas de créditos é como se segue:		
Saldo inicial	2021	2020
Constituições	(5.709)	(5.280)
(-) Reversões	-	(429)
Saldo Final	(5.171)	(5.709)
O contas a receber da Sociedade tem elevada diversificação de devedores, mas devido o atual cenário foram adotadas medidas de reanálise de crédito, o que resguardou uma manutenção dos índices de inadimplência, permitindo um índice equiparado ao ano anterior.		
6. Estoques		
Estoque de mercadoria para revenda	172.245	135.608
(-) Provisão para perdas nos estoques (*)	(252)	(233)
(-) AVP estoques	(1.555)	(1.136)
Total	170.439	134.239
(*) A Sociedade contabilizou provisão para perda nos estoques de mercadorias que se encontram em situação de avariados, deteriorados e outros cujo vencimento estava próximo, comprometendo a sua realização. Todas essas mercadorias perderam a capacidade de geração de benefícios futuros, desta forma, foram objeto de provisão para perda no balanço de 31/12/2021, conforme requerido pelas práticas contábeis vigentes no Brasil. A efetiva baixa desses bens será efetuada em 2022 após os devidos trâmites legais que permitam o descarte no aterro sanitário ou recolha por parte das indústrias parceiras. Movimentação da provisão para perdas nos estoques:		
Saldo inicial	2021	2020
Constituições	(233)	(316)
Reversões	(19)	-
Reversões	-	83
Saldo final	(252)	(233)
7. Tributos a recuperar		
COFINS a recuperar	11.654	8.280
CSLL a recuperar	114	239
IRPJ a recuperar	232	664
ICMS a recuperar	870	1.124
ICMS a recuperar – imobilizado	718	360
PIS a recuperar	2.538	1.804
Créditos tributários a recuperar (a)	19.756	-
Outros	36	3
Circulante	35.918	12.474
Não circulante	43.103	-
Créditos tributários a recuperar (a)	43.103	-
Total	43.103	-
(a) Os créditos tributários a recuperar são compostos por créditos de PIS e COFINS recuperados em decorrência da dedução do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS conforme processo transitado em julgamento da Sociedade. O processo foi ajuizado em 2011, garantindo o direito de reconhecimento do crédito tributário desde o período de dezembro de 2006. O montante total em discussão para este processo foi de R\$ 62.859, sendo R\$ 34.846 de principal e R\$ 28.012 de atualização de juros.		
8. Adiantamentos		
Adiantamentos a fornecedores	1.470	627
Compras p/ entrega futura (a)	3.367	548
Adiantamentos a funcionários	203	182
Total	5.040	1.357
(a) O aumento do saldo de compras para entrega futura são		

compras antecipadas de açúcar com previsão de recebimento das mercadorias no prazo máximo de 45 dias.

9. Depósitos Judiciais

	2021	2020
Depósitos judiciais	8.482	5.672
Não circulante	8.482	5.672

O saldo de depósito Judicial refere-se aos seguintes assuntos: Depósito judicial realizados em garantia vinculados a uma discussão judicial de cunho tributário conforme previsto no Art. Nº 151 da Lei Nº 5.172/66 (CTN) e também a discussões judiciais de cunho trabalhista conforme previsto na IN Nº 36 do TST, em consonância com o Art. 836 da Lei Nº 5.452/43 (CLT).

10. Investimentos – Na conta de investimentos incluem os ativos financeiros, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, sendo eles:

	2021	2020
Títulos ING BANK	8.460	8.460
Cotas de Capital – SICREDI	85	2
Títulos de Capitalização	750	750
Total títulos e valores mobiliários	9.295	9.212

11. Imobilizado – a. Composição do saldo de imobilizado

	Vida útil	2021	2020
Instalações	10 anos	968	968
Móveis e utensílios	10 a 15 anos	1.773	1.727
Máquinas e equipamentos	10 a 15 anos	17.174	12.270
Computadores e periféricos	5 a 8 anos	4.642	4.154
Veículos	5 anos	464	2.788
(-) Depreciação		(13.781)	(14.288)
Total		11.240	7.620

b. Movimentação 2020

	Saldo inicial	Adição	Baixa	Transf. ferência	LÍ- quido
Terrenos	386	-	(386)	-	-
Instalações	922	46	-	-	968
Móveis e utensílios	1.722	5	-	-	1.727
Máquinas e equipamentos (a)	11.045	1.405	(180)	-	12.270
Computadores e periféricos (b)	3.811	364	(21)	-	4.154
Veículos (c)	5.226	13	(2.451)	-	2.788
Depreciações acumuladas	(15.120)	(1.772)	2.604	-	(14.288)
Total	7.992	61	(434)	-	7.620

(a) As aquisições de máquinas e equipamentos são negociações para aprimoramento de sua filial que realiza o beneficiamento do açúcar. (b) As aquisições de computadores e periféricos foram demandas para abertura de novas unidades comerciais. (c) As baixas de veículos são decorrentes de vendas de ativos de uma operação descontinuada desse seguimento, como consequência de planejamento tributário.

c. Movimentação 2021

	Saldo inicial	Adição	Baixa	Transf. ferência	LÍ- quido
Instalações	968	-	-	-	968
Móveis e utensílios	1.727	46	-	-	1.773
Máquinas e equipamentos (a)	12.270	4.907	(3)	-	17.174
Computadores e periféricos (b)	4.154	488	-	-	4.642
Veículos (c)	2.788	-	(2.324)	-	464
Depreciações acumuladas	(14.288)	(1.736)	2.243	-	(13.781)
Total	7.620	3.705	(84)	-	11.240

(a) As aquisições de máquinas e equipamentos são negociações para aprimoramento de suas filiais e implementação de energia solar em algumas unidades. (b) As aquisições de computadores e periféricos foram demandas para atualização e reposição de computadores e equipamentos de informática. (c) As baixas de veículos são decorrentes de vendas de ativos de uma operação descontinuada desse seguimento, como consequência de planejamento tributário. **d. Redução ao valor recuperável – "Impairment"** A administração da Pérola revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e intangível a ser mantido e utilizado nas operações com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. A administração verificou que nas datas de fechamento das demonstrações financeiras não haviam evidências de desvalorização desses ativos conforme pronunciamiento CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

12. Intangível

	2021	2020
Sistemas (softwares)	1.675	1.675
(-) Amortização Acumulada	(829)	(695)
Total	847	981

13. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores	101.571	84.147
(-) AVP fornecedores	(549)	(490)
Circulante	101.022	83.657

A Sociedade coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

14. Financiamentos e empréstimos – Refere-se a financiamentos obtidos junto a instituições financeiras conforme exposto a seguir:

	2021	2020
Banco do Brasil S/A	27.982	14.619
Banco Safra S/A	38.221	27.286
Banco Santander S/A	13.800	13.800
Itaú Unibanco S/A	17.012	12.590
Banco Sofisa S/A	29.236	24.725
Banco Original S/A	9.327	9.467
Banco Daycoval S/A	14.123	12.002
Banco Sicredi	13.397	-
Total	163.098	114.490

Arrendamento/Leasing

	2021	2020
Banco de Lage Landem Brasil S/A	-	65
Banco Daycoval S/A	1.368	1.809
Total	1.368	1.874

Total financiamentos e empréstimos

	2021	2020
Circulante	104.143	72.717
Não Circulante	61.323	43.646

Apresenta-se a seguir, demonstrativo contendo o vencimento e os montantes dos empréstimos reconhecidos no passivo circulante e não circulante:

	2021	2020
Ano		
2022	103.143	33.880
2023	22.931	22.931
2024	3.650	3.650
2025	862	862
Total	164.466	164.466

15. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	2021	2020
CSLL	-	-
IRPJ	-	-
ICMS à recolher	3.565	3.429
Protege à recolher	7.185	-
ICMS parcelamento	9	119
ICMS substituição tributária	183	146
ICMS parcelamento-GO (a)	22.115	-
Fundo de desenvolvimento econômico	14	12
ICMS parcelamento-MA	365	763
Parcelamento previdenciário (b)	3.555	3.996
ICMS fundo de combate à pobreza	16	16
ICMS parcelamento-PA	27	55
Parcelamento tributos federais	108	-

INSS à recolher sobre notas fiscais

	2021	2020
INSS à recolher sobre notas fiscais	27	14
IRRF à recolher sobre aluguéis	18	18
IRRF à recolher sobre notas fiscais	6	5
ISSQN retido à recolher	18	5
PIS/COFINS/CSLL retido à recolher	18	17
IRRF sobre RPA	2	1
Total obrigações tributárias/Parcelamento Circulante	37.231	8.597
Total obrigações tributárias/Parcelamento Não Circulante	15.580	4.649
Total	21.651	3.948

(a) No ano de 2021 foram realizados parcelamentos de ICMS dentro da Lei 20.966/2021 (Facilita) em 84 e 96 parcelas com vencimento final para junho de 2029, as parcelas estarão sujeitas a correção pela taxa referencial do sistema de liquidação e custódia – Selic. (b) Em setembro de 2017 foram parcelados débitos previdenciários em 145 parcelas com vencimento final para 2029, as parcelas estarão sujeitas a correção pela taxa referencial do sistema de liquidação e custódia – Selic.

16. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2021	2020
Salários a pagar	2.328	1.962
Rescisões a pagar	2	5
RPA a pagar	12	11
Pró-labore a pagar	9	9
Contribuição sindical à recolher	-	5
FGTS à recolher	330	283
INSS à a recolher	1.039	884
IRRF à recolher	76	45
Total	3.796	

Publicidade Legal

... continuação		Pérola Distribuição e Logística S.A.	
A movimentação da reserva legal é como segue:			
	2021	2020	
Saldo inicial	1.400	1.400	
(-) Aumento de capital com reserva	-	-	
(+) Constituição da reserva legal	2.766	-	
Saldo final	4.166	1.400	
d. Reserva de retenção de lucros: Constituída ou revertida de acordo com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. A reserva de retenção de lucros representa basicamente o lucro acumulado, em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 19 de maio de 2021, ficou definido por unanimidade dos acionistas a distribuição de lucros no valor de R\$ 5.000.000,00 sendo este valor retirado da reserva de retenção de lucros. A movimentação da reserva de lucros é como segue:			
	2021	2020	
Saldo inicial	16.473	19.473	
(-) Distribuição de dividendos	(5.000)	(3.000)	
(+) Constituição da reserva de lucros	-	-	
Saldo final	11.473	16.473	
e. Dividendo obrigatório: O dividendo obrigatório é equivalente ao percentual determinado nos termos do estatuto social que é de 10% do lucro líquido apurado no exercício social, após a realização das reservas de investimentos, incentivos fiscais, e legal. Demonstração da base de cálculo dos dividendos:			
	2021	2020	
Lucro líquido do exercício	55.312	18.262	
(-) Reserva legal	(2.766)	-	
(-) Realização da reserva de incentivo fiscal	(52.547)	(18.262)	
(=) Base de dividendos	-	-	
Dividendos propostos -			
Percentual de distribuição 10%			
20. Receita líquida de vendas mercadorias – A Sociedade gera receita oriunda de venda de mercadorias em geral no atacado e no varejo. A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentada nas demonstrações do resultado é conforme abaixo:			
	2021	2020	
Receita operacional bruta	1.408.377	1.240.260	
(-) ICMS ST destacado nas vendas	(2.817)	(2.729)	
(-) Despesas acessórias destacadas nas vendas	(1.522)	(1.413)	
(-) Impostos incidentes sobre as vendas	(218.119)	(185.988)	
(-) Bonificações nas vendas	(11.709)	(8.741)	
(-) Devoluções e abatimentos	(11.321)	(11.863)	
(-) AVP receita de vendas (*)	(13.905)	(8.576)	
Receita líquida de vendas de mercadorias	1.148.983	1.020.949	
(*) Foram reclassificadas em 2020 valores que compõem a receita líquida de vendas de mercadorias explicado na nota 2 "e" e conforme determina o CPC 23, está sendo realizado reapresentação da composição desses valores referente a este período.			
21. Custo das mercadorias vendidas – Os custos das mercadorias vendidas incluem os custos de aquisição de mercadorias, deduzidos das recomposições de custos recebidas dos fornecedores e do ICMS substituição tributária recuperáveis. Despesas com frete relacionados ao transporte de mercadorias dos fornecedores até os Centros de Distribuição e com a transferência de mercadorias entre os Centros de Distribuição são incorporadas ao custo das mercadorias a serem vendidas.			
	2021	2020	
Custo das mercadorias vendidas (*)	(972.634)	(855.398)	
Total do custo das mercadorias vendidas	(972.634)	(855.398)	
(*) Foram reclassificadas em 2020 valores que compõem os custos das mercadorias vendidas explicado na nota 2 "e" e conforme determina o CPC 23, está sendo realizado reapresentação da composição do custo das mercadorias vendidas referente a este período.			
22. Despesas operacionais – A Sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:			
	2021	2020	
Despesas comerciais	(64.491)	(54.856)	
Despesas c/ pessoal e encargos	(51.630)	(46.683)	
Despesas c/ serviços de terceiros	(7.317)	(5.980)	
Depreciação/amortização	(1.870)	(1.908)	
Aluguel de imóveis	(8.375)	(7.669)	
Outros serviços	(3.973)	(3.376)	
Despesas c/ operação	(17.579)	(12.757)	
Despesas tributárias	(2.675)	(1.361)	
Despesas tributárias períodos anteriores	(18.272)	(5.958)	
Outras despesas	-	(1.918)	
Total das despesas	(176.182)	(142.466)	
23. Outras receitas operacionais			
	2021	2020	
Receitas de aluguel	464	1.536	
Reversão provisão para perdas de créditos	538	73	
Ganho alienação de bens	2.002	2.286	
Reversão provisão para demandas judiciais cíveis	746	-	
Reversão provisão para demandas judiciais trabalhistas	553	-	
Receitas de carga e descargas	1.581	-	
Recuperação de créditos tributários (*)	34.846	-	
Outras receitas	374	215	
Total das outras receitas operacionais	41.104	4.110	
(*) Foi reconhecido no ano de 2021 uma receita de recuperação de créditos tributários referente ao processo da Sociedade de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS com trânsito em julgado (ver nota 7 "a").			
24. Receitas e despesas financeiras			
	2021	2020	
Receitas financeiras			
Juros ativos	1.317	1.046	
Descontos obtidos	7.537	4.559	
Renda de aplicações financeiras	90	46	
AVP receita financeira (*)	13.631	8.306	
Atualização monetária créditos tributários	28.126	-	
Total receitas financeiras	50.699	13.957	
Despesas financeiras			
Despesas bancárias	(466)	(606)	
Despesas de cobrança	(2.619)	(2.306)	
25. Partes relacionadas – a. Transações com partes relacionadas			
No resultado do exercício de 2021			
	2021	2020	
Juros passivos	(7.087)	(634)	
Encargos com empréstimos e financiamentos	(11.665)	(7.601)	
Descontos concedidos	(5.618)	(5.249)	
Taxas cartão crédito	(748)	(729)	
AVP despesa financeira (*)	(9.551)	(7.875)	
Outras despesas financeiras	(23)	-	
(-) Ressarcimento taxas e despesas bancárias	1.522	1.414	
Total despesas financeiras	(36.255)	(23.589)	
Total do Resultado financeiro	14.444	(9.632)	
(*) Foram reclassificadas em 2020 valores que compõem o resultado financeiro explicado na nota 2 "e" e conforme determina o CPC 23, está sendo realizado reapresentação da composição das receitas e despesas financeiras referentes a este período.			
25. Partes relacionadas – a. Transações com partes relacionadas			
No resultado do exercício de 2020			
	2021	2020	
Receitas de aluguel	457	-	
Despesas de aluguel	-	(3.744)	
Despesa serviços Frete	-	(50.071)	
Despesa serviços prestados	7	-	
Total	464	(50.071)	(2.425)
No resultado do exercício de 2020			
	2021	2020	
Receitas de aluguel	1.530	-	
Despesas de aluguel	-	(3.575)	
Despesa serviços Frete	6	-	
Despesa serviços prestados	-	(47.447)	
Total	1.536	(3.575)	(967)
26. Remuneração de pessoal chave da administração: Em 2021, a remuneração e gastos de pessoal chave da administração, contempla pagamentos de sócios/diretores, que totalizou R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais) que inclui pró-labore, benefícios e gastos.			
26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos – A Sociedade possui instrumentos financeiros representados, substancialmente, saldos de contas correntes e aplicações financeiras junto a instituições financeiras, além de contas a receber e contas a pagar de terceiros e empréstimos contratados junto a instituições financeiras, além de saldos a receber. A administração desses instrumentos é efetuada através de políticas de controles e de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em relação às vigentes no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares. A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois as taxas contratadas dos empréstimos e financiamentos são as praticadas efetivamente pelo mercado em transações semelhantes. Gerenciamento de riscos: Os principais fatores de risco inerentes às operações da Sociedade: Risco de crédito: Decorrem da possibilidade de a Sociedade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos. Para mitigar esse risco a Sociedade acompanha rigorosamente a sua política de vendas e aplicações financeiras, que inclui análise das instituições depositárias, seleção de clientes mediante análise de crédito e histórico de relacionamento, de forma a minimizar o risco de inadimplência. Risco de concentração de recebíveis: A carteira de contas a receber possui adequado índice de pulverização. Risco de taxa de juros: Exposição a riscos relacionados à variação de taxas de juros em função, principalmente, de empréstimos e financiamentos que poderão ter seus encargos financeiros ajustados pela variação da Selic e/ou do CDI para mais ou para menos. 27. Cobertura de seguros – A Sociedade adota políticas de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes. 28. Outras informações – a. Operações com instrumentos derivativos: A Sociedade não opera com instrumentos derivativos. b. Benefícios a empregados: A Sociedade concede benefícios aos empregados tais como, seguro de vida, plano de saúde, plano odontológico, convênios de cunho facilitador, sistema S, cesta básica e ticket alimentação, benefícios além da legalidade previstas.			

Maurício Miguel Elias – Diretor Presidente

Werlei Carlos de Oliveira – Contador CRC-GO 13.773/O-0

Real Estate Duo 001 Guarujá Administrações de Bens Próprios S/A.

CNPJ(ME) 23.568.433/0001-43

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 (valores em milhares de reais)	
Balancão patrimonial	
Ativo	31/12/2020
Ativo circulante	504
Títulos e valores mobiliários	4
Cotas de fundos de investimentos	4
Outros créditos	500
Diversos	500
Ativo não circulante	18.367
Imobilizado de uso	18.367
Imóveis	13.348
Outros bens do imobilizado de uso (Depreciações acumuladas)	6.841
Total do ativo	18.871
Passivo	31/12/2020
Passivo circulante	507
Outras obrigações	507
Impostos e contribuições sobre salários	9
Demais impostos e contribuições a recolher	2
Provisões para pagamentos a efetuar	29
Diversos	467
Patrimônio líquido	18.364
Capital:	20.186
De domiciliados no país	20.186
Lucros / (prejuízos) acumulados	(1.822)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	18.364
Total do passivo e patrimônio líquido	18.871
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	
1. Contexto Operacional: A empresa Real Estate Duo 001 Guarujá Administração de Bens Próprios S/A, foi constituída em 29 de outubro de 2015, e tem como objeto social administração e compartilhamento de bens próprios, visando o uso compartilhado entre os acionistas da Companhia.	
2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram preparadas com base nas práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, Lei no 6.404/76 alterada pela Lei no 11.638/07 e pela Lei no 11.941/09, e de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).	
3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: a. Apuração de resultado: As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. As aplicações em títulos estão demonstrados a valores de realização. b. Outros ativos e passivos - circulante e não circulante: Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída pelo resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. c. Investimentos: Está representado por imóvel situado no município do Guarujá, sendo depreciado à taxa de 4% a.a. d. Imobilizado de uso: O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo 20% a.a. para Emarcação e Sistemas de Processamento de Dados; e 10% a.a. para as demais contas. e. Provisão para imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados, quando aplicável, com base no lucro tributável ajustado nos termos	
Demonstração do resultado	
	31/12/2020
Resultado Bruto	-
Despesas/Receitas Operacionais	(1.822)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.822)
Despesas de depreciação e amortização	(1.822)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(1.822)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(1.822)
Resultado Líquido das Operações Continuadas	(1.822)
Lucro/ (Prejuízo) do Período	(1.822)
Atribuído a Sócios da Empresa	-
Controladora	(1.822)
Nº de Ações	20.185.920
Lucro (prejuízo) por Ação:	(0,090)
Demonstração do resultado abrangente	
	31/12/2020
Resultado do período	(1.822)
Resultado abrangente	(1.822)
Demonstração dos fluxos de caixa	
	31/12/2020
Atividades operacionais	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	(1.822)
Depreciações e amortizações	1.822
Varição de ativos e obrigações	3
(Aumento) diminuição de títulos e valores mobiliários	(4)
(Aumento) diminuição de outros créditos	(500)
Aumento (diminuição) de outras obrigações	507
Caixa líquido (aplicado) consumido nas atividades operacionais	3
Atividades de investimento	(20.189)
(Inversões) em:	(20.189)
Imobilizado de uso	(20.189)
Caixa líquido originado (aplicado) nas atividades de investimento	(20.189)
Atividades de financiamento	20.186
Integralização de capital	20.186
Caixa líquido originado (aplicado) nas atividades de financiamento	20.186
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	-
Modificações na posição financeira	-
Caixa e equivalentes de caixa:	-
No início do exercício	-
No fim do do exercício	-
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	-
da legislação pertinente. 4. Capital Social: O Capital Social de R\$ 20.186, dividido em 20.185.920 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizados por acionistas domiciliados no País. 5. Contingências: As declarações de renda dos últimos cinco exercícios estão sujeitas à revisão e apuração pelas autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.	
A diretoria	
Contador	
Reinaldo Dantas - CRC 1SP 110330/O-6	

Bolsas da Europa fecham em queda, com dados, sinais de BCs e guerra no radar

Os mercados acionários da Europa registraram baixas, nesta sexta-feira, 22. Investidores analisaram dados mistos da região, bem como sinais de aperto monetário de bancos centrais. Além disso, o conflito na Ucrânia e seus efeitos continuava como foco importante. O índice pan-europeu Stoxx 600 fechou em queda de 1,79%, em 453,31 pontos, com queda de 1,42% na semana. Na agenda de indicadores, o índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) composto da zona do euro subiu de 54,9 em março a 55,8 na preliminar de abril, na máxima em sete meses e contrariando a previsão de queda a 53,9 dos analistas. Já no Reino Unido, o PMI composto caiu de 60,9 em março a 57,6 na prévia de abril,

Isto é Dinheiro

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1E64-FAD1-8D79-1858.

Zhou Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ(ME) 23.568.401/0001-48

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (valores em milhares de reais)

Balancão patrimonial		Demonstração das mutações do patrimônio líquido			
	2.019	2.018	Capital realizado	Lucros ou prejuízos acumulados	Total 31/12/2018
Ativo	2.019	2.018			
Ativo circulante	14.760,03	17.050,94			
Disponibilidades	101,00	101,00			
Caixa e bancos	101,00	101,00			
Títulos e valores mobiliários	412,42	2.069,88			
Cotas de fundos de investimentos	412,42	2.069,88			
Outros créditos	5.535,90	2.184,97			
Diversos	5.535,90	2.184,97			
Outros valores e bens	8.710,71	12.695,09			
Outros valores e bens	8.710,71	12.695,09			
Ativo não circulante	2.408.602,20	3.048.602,16			
Imobilizado de uso	2.408.602,20	3.048.602,16			
Outros bens do imobilizado de uso (Depreciações acumuladas)	3.200.000,00	3.200.000,00			
	(791.397,80)	(151.397,84)			
Total do ativo	2.423.362,23	3.065.653,10			
Passivo	2.019	2.018			
Passivo circulante	14.888,49	16.942,89			
Outras obrigações	14.888,49	16.942,89			
Impostos e contribuições sobre salários	2.450,72	2.912,62			
Demais impostos e contribuições a recolher	1.084,34	892,03			
Provisões para pagamentos a efetuar	8.267,62	10.007,18			
Diversos	3.085,81	3.131,06			
Patrimônio líquido	2.408.473,74	3.048.710,21			
Capital:	3.200.100,00	3.200.100,00			
De domiciliados no país	3.200.100,00	3.200.100,00			
Lucros / (prejuízos) acumulados	(791.626,26)	(151.389,79)			
Total do passivo e patrimônio líquido	2.423.362,23	3.065.653,10			
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis					
1. Contexto operacional: A empresa Zhou Administração de Bem Próprio S.A. foi constituída em 29 de outubro de 2015, e tem por objetivo a administração de bem próprio. 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram preparadas com base nas práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, Lei no 6.404/76 alterada pela Lei no 11.638/07 e pela Lei no 11.941/09, e de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 3. Principais práticas contábeis: 3.1 Apuração do resultado: As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. 3.2 Ativos e passivos circulantes e a longo prazo: Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidos das correspondentes rendas, despesas a apropriar e, quando aplicável, provisões para perdas. 3.3 Imobilizado de Uso: O imobilizado de uso está contabilizado ao custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo de 20% para Embarcações. 3.4 Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social:					

Dólar se ajusta ao exterior negativo e opera em alta firme

O dólar inicia a sexta-feira, 22, registrando forte alta, em um ajuste do mercado doméstico aos movimentos de ontem do mercado internacional, quando os negócios por aqui foram paralisados pelo feriado de Tiradentes.

No exterior, desde ontem os investidores ainda repercutem a fala do presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), Jerome Powell, que disse ver como apropriado que o Fed aja em ritmo “um pouco mais rápido” e reiterou que um aumento de juros de 50 pontos-base será uma opção na reunião de política monetária do BC dos Estados Unidos em maio.

Powell disse que tinha a expectativa de que a inflação atingiria o pico mais ou menos no momento atual, o que acabou não se concretizando, em meio aos efeitos da guerra na Ucrânia

A sexta-feira também é marcada pela divulgação de dados econômicos relevantes, como os índices dos gerentes de compras (PMIs) na Europa. O PMI Composto da zona do euro subiu para 55,8% em abril, o maior nível em sete meses. No entanto, os PMIs compostos da Alemanha e do Reino Unido recuaram para os seus menores níveis nos últimos três meses. O PMI dos Estados Unidos será divulgado às 10h45 (de Brasília).

Também estão na agenda de hoje os discursos da presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, e do presidente do Banco da Inglaterra (BoE), Andrew Bailey.

Isto é Dinheiro

Zhou Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ(ME) 23.568.401/0001-48

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (valores em milhares de reais)

Balancão patrimonial		Demonstração das mutações do patrimônio líquido				
	31/12/2020	31/12/2019	Capital realizado	Lucros ou prejuízos acumulados	Total 31/12/2019	Total controladores
Ativo	31/12/2020	31/12/2019				
Ativo circulante	91.549,64	14.760,03				
Disponibilidades	101,00	101,00				
Caixa e bancos	101,00	101,00				
Títulos e valores mobiliários	39.057,47	412,42				
Cotas de fundos de investimentos	-	412,42				
Outros títulos de renda fixa	39.057,47	-				
Vinculados a prestação de garantias	-	-				
Outros créditos	52.391,17	5.535,90				
Diversos	52.391,17	5.535,90				
Outros valores e bens	-	8.710,71				
Outros valores e bens	-	8.710,71				
Ativo não circulante	1.768.602,24	2.408.602,20				
Imobilizado de uso	1.768.602,24	2.408.602,20				
Outros bens do imobilizado de uso (Depreciações acumuladas)	3.200.000,00	3.200.000,00				
	(1.431.397,76)	(791.397,80)				
Total do ativo	1.860.151,88	2.423.362,23				
Passivo	31/12/2020	31/12/2019				
Passivo circulante	91.540,56	14.888,49				
Outras obrigações	91.540,56	14.888,49				
Impostos e contribuições sobre salários	10.311,39	2.450,72				
Demais impostos e contribuições a recolher	2.270,12	1.084,34				
Provisões para pagamentos a efetuar	9.080,90	8.267,62				
Diversos	69.878,15	3.085,81				
Patrimônio líquido	1.768.611,32	2.408.473,74				
Capital:	3.200.100,00	3.200.100,00				
De domiciliados no país	3.200.100,00	3.200.100,00				
Lucros / (prejuízos) acumulados	(1.431.488,68)	(791.626,26)				
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	1.768.611,32	2.408.473,74				
Total do passivo e patrimônio líquido	1.860.151,88	2.423.362,23				
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis						
1. Contexto Operacional: A empresa Zhou Administração de Bem Próprio S.A. foi constituída em 29 de outubro de 2015, e tem por objetivo a administração de bem próprio. 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram preparadas com base nas práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, Lei no 6.404/76 alterada pela Lei no 11.638/07 e pela Lei no 11.941/09, e de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 3. Principais Práticas Contábeis: 3.1 Apuração do resultado: As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. 3.2 Ativos e passivos circulantes e a longo prazo: Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidos das correspondentes rendas, despesas a apropriar e, quando aplicável, provisões para perdas. 3.3 Imobilizado de Uso: O imobilizado de uso está contabilizado ao custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo de 20% para Embarcações. 3.4 Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base no lucro tributável, ajustado nos termos da legislação pertinente. 4. Capital Social: O capital social subscrito é de R\$ 3.200.100, dividido em 3.200.100 ações nominativas, sem valor nominal. Do resultado apurado em cada exercício						

Juro curto tem viés de baixa com diretora do BC e longo sobe com Treasuries

Os juros futuros de curto prazo têm viés de baixa na manhã desta sexta-feira, com ajustes após discurso considerado “dovish” de Fernanda Guardado, diretora do Banco Central, enquanto os

longos apontam para cima, acompanhando os Treasuries. O tom da diretora “ajuda a ancorar” os trechos curto e intermediário da curva a termo, diz o estrategista-chefe da Renascença DTVM, Sérgio Goldenstein.

Segundo ele, é amplamente majoritária a precificação de aumento de 100 pontos-base da Selic no próximo Copom, com mais 50 pontos-base na seguinte e em torno de 15 pontos-base em agosto. “A parte curta fecha ligeira-

mente agora, movimento bem discreto em relação à quarta-feira. Precifica um pouco menos [que antes] então.” Às 9h55, o DI para janeiro de 2023 estava em 13,015%, na mínima, ante 13,07% quarta-feira no ajuste; para

janeiro de 2024, em 12,65%, ante 12,665%; e para janeiro de 2025, em 12,065%, ante 12,10%. Na ponta longa, o DI para janeiro de 2027 indicava taxa de 11,815%, de 11,795% no ajuste anterior.

Isto é Dinheiro

Publicidade Legal

Real Estate Duo 002 Angra dos Reis Administrações Bens Próprios S/A.

CNPJ(ME) 23.568.391/0001-40

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 (valores em milhares de reais)		Demonstração das mutações do patrimônio líquido			
Balancete patrimonial		Lucros ou prejuízos			
Ativo	31/12/2020	Capital realizado	Acumulados	31/12/2020	Total controladores
Ativo circulante	3.874	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	101	-	-	-	-
Outros títulos de renda fixa	101	-	-	-	-
Outros créditos	3.773	-	-	-	-
Diversos	3.773	-	-	-	-
Ativo não circulante	18.863	-	-	-	-
Imobilizado de uso	18.863	-	-	-	-
Imóveis	16.850	-	-	-	-
Outros bens do imobilizado de uso (Depreciações acumuladas)	2.498	-	-	-	-
Total do ativo	22.737	-	-	-	-
Passivo	31/12/2020	-	-	-	-
Passivo circulante	7.472	-	-	-	-
Outras obrigações	7.472	-	-	-	-
Impostos e contribuições sobre salários	12	-	-	-	-
Demais impostos e contribuições a recolher	13	-	-	-	-
Provisões para pagamentos a efetuar	336	-	-	-	-
Diversos	7.111	-	-	-	-
Patrimônio líquido	15.265	-	-	-	-
Capital:	15.265	-	-	-	-
De domiciliados no país	15.265	-	-	-	-
Lucros / (prejuízos) acumulados	(485)	-	-	-	-
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	15.265	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	22.737	-	-	-	-
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis					
1. Contexto Operacional: A empresa Real Estate Duo 002 Angra dos Reis Administração de Bens Próprios S/A, foi constituída em 29 de outubro de 2015, e tem como objeto social administração e compartilhamento de bens próprios, visando o uso compartilhado entre os acionistas da Companhia.					
2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram preparadas com base nas práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, Lei no 6.404/76 alterada pela Lei no 11.638/07 e pela Lei no 11.941/09, e de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: a. Apuração de resultado: As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. As aplicações em títulos estão demonstradas a valores de realização. b. Outros ativos e passivos – circulante e não circulante: Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. c. Investimentos: Está representado por imóvel situado no Condomínio Ilha do Jorge situado no município de Angra dos Reis, sendo depreciado à taxa de 4% a.a. d. Imobilizado de uso: O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo 20% a.a. para Sistemas de Processamento de Dados; e 10% a.a. para as demais contas. e. Provisão para imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda da pessoa jurídica e a					

Real Estate 003 Campos do Jordão Administrações de Bens Próprios S/A.

CNPJ(ME) 23.601.579/0001-43

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 (valores em milhares de reais)		Demonstração das mutações do patrimônio líquido			
Balancete Patrimonial		Lucros ou Prejuízos			
Ativo	31/12/2020	Capital realizado	Acumulados	31/12/2020	Total Controladores
Ativo circulante	164	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	-	-
Outros títulos de renda fixa	4	-	-	-	-
Outros créditos	160	-	-	-	-
Diversos	160	-	-	-	-
Ativo não circulante	22.926	-	-	-	-
Imobilizado de uso	22.926	-	-	-	-
Imóveis	23.000	-	-	-	-
(Depreciações acumuladas)	(74)	-	-	-	-
Total do ativo	23.090	-	-	-	-
Passivo	31/12/2020	-	-	-	-
Passivo circulante	23.164	-	-	-	-
Outras obrigações	23.164	-	-	-	-
Impostos e contribuições sobre salários	9	-	-	-	-
Demais impostos e contribuições a recolher	3	-	-	-	-
Provisões para pagamentos a efetuar	29	-	-	-	-
Diversos	23.123	-	-	-	-
Patrimônio líquido	(74)	-	-	-	-
Lucros / (prejuízos) acumulados	(74)	-	-	-	-
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	(74)	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	23.090	-	-	-	-
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis					
1. Contexto Operacional: A empresa Real Estate 003 Campos do Jordão Administração de Bens Próprios S/A, foi constituída em 04 de novembro de 2015, e tem como objeto social administração e compartilhamento de bens próprios, visando o uso compartilhado entre os acionistas da Companhia.					
2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram preparadas com base nas práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, Lei no 6.404/76 alterada pela Lei no 11.638/07 e pela Lei no 11.941/09, e de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: a. Apuração de resultado: As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. As aplicações em títulos estão demonstradas a valores de realização. b. Outros ativos e passivos – circulante e não circulante: Um ativo é reconhecido no balanço pa-					

Companhia Imobiliária Ibitirama

CNPJ/MF nº 61.376.737/0001-06 – NIRE 35.300.037.154

Edital de Convocação

Ficam convidados os senhores acionistas a reunirem-se em Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, na sede social da companhia, na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Libero Badaró, 293, 21º andar, conjunto C, sala 24, Centro, CEP 01009-907, às 10:00 horas do dia 28 de abril de 2022, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **Assembleia Geral Extraordinária:** i) exame, discussão e votação das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31.12.2019 e 31.12.2020 e destinação dos resultados dos respectivos exercícios; ii) ratificação dos pagamentos feitos à Diretoria nos exercícios de 2019 e 2020; iii) discussão e votação para alienação dos direitos da parede cega (EMPENA); e, iv) dissolução e liquidação da companhia com a contratação de assessores externos para apoiar a diretoria com os trâmites. **Assembleia Geral Ordinária:** i) exame, discussão, votação das contas da administração da Companhia e das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31.12.2021; ii) destinação do resultado do exercício; iii) eleição dos membros da Diretoria para o próximo mandato e, iv) fixação da remuneração da Diretoria. (20, 21 e 23/04/2022)

Fraqueza externa, Eletrobras e tensão política pesam no Ibovespa

Percepção renovada de que o planeta terá de conviver com taxas de juros maiores e por mais tempo do que o imaginado antes enfraquece os ativos de risco no exterior. Na quinta-feira, quando a B3 ficou fechada por conta do feriado de Tiradentes, os mercados internacionais já reagiram à nova indicação do presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos), Jerome Powell, de aceleração do juro para 0,50 ponto porcentual em maio. “Após breve intervalo no calendário, a semana se encerra com cara de segunda-feira, e em meio a (ainda mais) discussões sobre inflação e juros ao redor do mundo”, afirma Rachel de Sá, chefe de economia da Rico, em relatório. Este cenário favorece o dólar ante moedas emergentes e penaliza o Ibovespa, que já contabiliza quatro pregões seguidos de queda, com a perda semanal chegando a 3,10% até o momento.

A derrota do governo no TCU no processo sobre privatização da Eletrobras pesa, bem como a nova afronta do presidente da República ao STF no caso Daniel Silveira. Além disso, a liquidez tende a ser reduzida, dado que muitos investidores podem ter emendado a folga de ontem com o fim de semana. Na sexta-feira, o índice Bovespa fechou em baixa de 0,62%, aos 114.343,78 pontos. “Há indicação por parte do presidente do Banco Cen-

tral Roberto Campos Neto de a Selic pode avançar um pouco mais, depois de ter sugerido que a alta poderia terminar em 12,75%, em maio. Então, o mercado está devolvendo um pouco a alta acumulada do ano”, avalia. Além disso, acrescenta Aragão, dúvidas a respeito dos preços do aço no momento em que a China tenta impedir arrefecimento maior da sua economia e ruídos políticos internos geram temores. “O político local começa a fazer mais preço. O presidente Jair Bolsonaro parece que vai voltar à postura anterior, é um retrocesso de bater de frente com o STF”, cita.

Às 10h13, o Ibovespa caía 1,60%, aos 112.512,87 pontos, na mínima diária. Eletrobras perdia 3,95% (PNB) e 3,55% (ON), enquanto Vale caía 2,61% e Petrobrás entre 2,26% (PN) e 1,57%. Apenas seis ações sobem.

A derrota do governo no TCU no processo sobre privatização da Eletrobras pesa, bem como a nova afronta do presidente da República ao STF no caso Daniel Silveira. Além disso, a liquidez tende a ser reduzida, dado que muitos investidores podem ter emendado a folga de ontem com o fim de semana. Na sexta-feira, o índice Bovespa fechou em baixa de 0,62%, aos 114.343,78 pontos.

“Há indicação por parte do presidente do Banco Cen-

Isto é Dinheiro

Bolsas da Ásia fecham em baixa, seguindo NY após comentários de Powell

As bolsas asiáticas fecharam majoritariamente em baixa nesta sexta-feira, 22, acompanhando perdas em Wall Street, após o presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA), Jerome Powell, sinalizar que o ritmo de aumento de juros

precisa ser mais rápido para combater a alta da inflação.

O índice acionário japonês Nikkei caiu 1,63% em Tóquio nesta sexta, a 27.105,26 pontos, enquanto o Hang Seng recuou 0,21% em Hong Kong, a 20.638,52 pontos, o sul-coreano Kospi cedeu 0,86% em Seul, a

2.704,71 pontos, e o Taiex registrou perda de 0,60% em Taiwan, a 17.025,09 pontos.

Na China continental, o Xangai Composto driblou o viés negativo da Ásia e subiu 0,23%, a 3.086,92 pontos, mas o menos abrangente Shenzhen Composto recuou 0,50%, a 1.914,11 pontos.

O mau humor na Ásia veio um dia após Powell afirmar, durante painel do Fundo Monetário Internacional (FMI), que seria apropriado o Fed agir “um pouco mais rápido” para lidar com o salto da inflação e que há a opção de que o BC americano eleve juros em 50 pontos-base em

sua reunião de maio.

Os comentários de Powell levaram a uma reviravolta nas bolsas de Nova York, que apagaram ganhos e encerraram os negócios da quinta com quedas significativas.

Na Oceania, a bolsa australiana também ficou no vermelho.

Isto é Dinheiro

Publicidade Legal

MEZ 6 Energia S.A.

• **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. **(ii) Riscos operacionais:** Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulamentares e de padrões geralmente aceitos de comportamento Companhia. **• Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável). **• Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. **• Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e substâncias. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras Companhias representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis

de segurança aos potenciais sinistros. **b. Categorias de instrumentos financeiros:** Em 31 de dezembro de 2020, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros se aproxima do valor contábil. Ativos Financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio de outros resultados financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: - Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais. - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VIORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e - Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Passivos Financeiros: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação)

e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **c. Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	2021			
	Nível	Nota	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros				
Valor justo através do resultado:				
Caixas e equivalentes de caixa	2	5	21.657	21.657
Passivos Financeiros				
Custo amortizado:				
Fornecedores	-	7	109	109
Empréstimos e financiamentos	-	8	30.480	28.956

com sinistros, segundo a avaliação da Administração. A especificação em 31 de dezembro de 2021 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Descrição da garantia	
Seguradora:	BMG Seguros S.A.
Apólice:	017412021000107750031589
Tipo:	Riscos operacionais
Modalidade:	Riscos de engenharia
Valor segurado*:	R\$ 24.515.650,00
Valor do prêmio*:	R\$ 862.950,88
Período de vigência:	05/03/2021 a 25/12/2025
DIRETOR	
Marcos Ernesto Zarzur - CPF: 084.742.748-00	
CEO	
Mauricio Zarzur - CPF: 367.159.508-65	
CONTADOR	
Pablo Fernandes da Silva - CPF: 376.870.978-74 - CRC: ISP 292416/O-3	

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ans Acionistas, Diretores e Administradores da MEZ 6 Energia S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da MEZ 6 Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 09 de abril a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da MEZ 6 Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 09 de abril a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria o período de 09 de abril a 31 de dezembro de 2021. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. **Mensuração do ativo contratual:** Veja as notas explicativas 2.8 e 6 das demonstrações financeiras. **Assunto:** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 apresenta o saldo de ativo contratual no montante de R\$ 29.849 mil, reconhecido em contrapartida da receita de construção da infraestrutura de transmissão e da receita de remuneração do ativo contratual. A modelagem financeira utilizada na mensuração do ativo de operação inclui entre outros elementos, a determinação de custos e consequentemente margens de lucratividade referentes à receita de construção e de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, que são calculadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da Receita Anual Permitida (RAP) do leilão e em relação aos custos para a construção, melhoria e operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. Adicionalmente, devido à característica de longo prazo do ativo contratual, a modelagem financeira também inclui a determinação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros provenientes da RAP. Devido à relevância do saldo do ativo contratual e ao grau de julgamento para a determinação da margem de lucratividade de construção da infraestrutura de transmissão, de operação e manutenção e para a determinação da taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente dos fluxos de recebimentos futuros provenientes da RAP, a mensuração do ativo contratual foi considerada significativa para nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: • Obtenção dos cálculos elaborados pela Companhia para mensuração do ativo contratual; • Análise dos fatores considerados pela Companhia para determinação da margem de construção da infraestrutura de transmissão e margem de operação e manutenção, incluindo inspeção documental dos custos incorridos em relação ao custo total estimado; • Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, efetuamos a avaliação no momento inicial, da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia para a mensuração do ativo contratual incluindo avaliação sobre a razoabilidade das principais premissas utilizadas, especificamente a margem de lucratividade da receita de construção e de operação e manutenção, assim como, a taxa de desconto; • Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do saldo de ativo contratual, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao período de 09 de abril a 31 de dezembro de 2021 tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de 09 de abril a 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente

elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras o período de 09 de abril a 31 de dezembro de 2021 e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 31 de março de 2022. KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC SP014428/O-6, Fabian Junqueira - Contador CRC ISP235639/O-0.

Zhou Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ(MF) 23.568.401/0001-48

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 (valores em milhares de reais)		Demonstração das mutações do patrimônio líquido		
Balanço patrimonial		Capital realizado	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Ativo	2.018			
Ativo circulante	17.050,94			
Disponibilidades	101,00			
Caixa e bancos	101,00			
Títulos e valores mobiliários	2.069,88			
Cotas de fundos de investimentos	2.069,88			
Outros créditos	2.184,97			
Diversos	2.184,97			
Outros valores e bens	12.695,09			
Outros valores e bens	12.695,09			
Ativo não circulante	3.048.602,16			
Imobilizado de uso	3.048.602,16			
Outros bens do imobilizado de uso (Depreciações acumuladas)	3.200.000,00			
	(151.397,84)			
Total do ativo	3.065.653,10			
Passivo	2.018			
Passivo circulante	16.942,89			
Outras obrigações	16.942,89			
Impostos e contribuições sobre salários	2.912,62			
Demais impostos e contribuições a recolher	892,03			
Provisões para pagamentos a efetuar	10.007,18			
Diversos	3.131,06			
Patrimônio líquido	3.048.710,21			
Capital:	3.200.100,00			
De domiciliados no país	3.200.100,00			
Lucros / (prejuízos) acumulados	(151.389,79)			
Total do passivo e patrimônio líquido	3.065.653,10			
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis				
1. Contexto operacional: A empresa Zhou Administração de Bem Próprio S.A. foi constituída em 29 de outubro de 2015, e tem por objetivo a administração de bem próprio. 2. Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. 3. Principais práticas contábeis: 3.1 Apuração do resultado: As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. 3.2 Ativos e passivos circulantes e a longo prazo: Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidos das correspondentes rendas, despesas a apropriar e, quando aplicável, provisões para perdas. 3.3 Imobilizado de Uso: O imobilizado de uso está contabilizado ao custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em parâmetros e taxas esta-	Eventos			
	Saldos finais em 31/12/17			
	Mutações do Período			
	Integralização de capital	3.200.100,00	(151.389,79)	3.048.710,21
	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	(151.389,79)	(151.389,79)
	Saldos finais em 31/12/18	3.200.100,00	(151.389,79)	3.048.710,21
	Demonstração do resultado	31.12.2018		
	Despesas/Receitas Operacionais	(151.398,24)		
	Despesas Gerais e Administrativas	(151.398,24)		
	Despesas com Pis e Cofins	(0,40)		
	Despesas de depreciação e amortização	(151.397,84)		
	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(151.398,24)		
	Resultado Financeiro	8,45		
	Receitas Financeiras	8,45		
	Rendas de títulos e valores mobiliários	8,45		
	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(151.389,79)		
	Resultado Líquido das Operações Continuadas	(151.389,79)		
	Lucro/ (Prejuízo) do Período	(151.389,79)		
	Nº de Ações	3.200.100		
	Lucro (prejuízo) por Ação:	(0,047)		
	Demonstração do resultado abrangente	31.12.2018		
	Resultado do período	(151.389,79)		
	Resultado abrangente	(151.389,79)		
	belecionados pela legislação tributária, sendo de 20% para Embarcações. 3.4 Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base no lucro tributável, ajustado nos termos da legislação pertinente. 4. Capital Social: O capital social subscrito é de R\$ 3.200.100, dividido em 3.200.100 ações nominativas, sem valor nominal. Do resultado apurado em cada exercício social, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o montante de 20% do capital social. O saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral. 5. Juros de Capital Próprio: Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foi pago juros sobre capital próprio, conforme faculta	Atividades operacionais		
	Lucro líquido (prejuízo) do período	(151.389,79)		
	Depreciações e amortizações	151.397,84		
	Variação de ativos e obrigações	(7,05)		
	(Aumento) diminuição de títulos e valores mobiliários	(2.069,88)		
	(Aumento) diminuição de outros créditos	(2.184,97)		
	(Aumento) diminuição de outros valores e bens	(12.695,09)		
	Aumento (diminuição) de outras obrigações	16.942,89		
	Caixa líquido (aplicado) consumido nas atividades operacionais	1,00		
	Atividades de investimento	(3.200.000,00)		
	(Inversões) em:	(3.200.000,00)		
	Imobilizado de uso	(3.200.000,00)		
	Caixa líquido originado (aplicado) nas atividades de investimento	(3.200.000,00)		
	Atividades de financiamento	3.200.100,00		
	Integralização de capital	3.200.100,00		
	Caixa líquido originado (aplicado) nas atividades de financiamento	3.200.100,00		
	Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	101,00		
	Modificações na posição financeira			
	Caixa e equivalentes de caixa:			
	No início do exercício	-		
	No fim do do exercício	101,00		
	Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	101,00		
	o artigo 9º da Lei nº 9.249/95. 6. Contingências: Impostos e contribuições permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.	A diretoria		
		Contador		
		Reinaldo Dantas - CRC 110330/O-6		

Futuros de eurodólar indicam ápice do aperto monetário pelo Fed em meados de 2023

Os operadores de futuros de eurodólar, que refletem perspectivas para a taxa de juros dos Estados Unidos nos próximos anos, apostaram nesta sexta-feira um pico do ciclo de aumento dos juros pelo banco central dos EUA em patamar mais alto e três meses mais cedo do que o esperado.

Operadores de futuros de eurodólar projetaram a chamada taxa terminal, a partir da qual para de subir, em 3,65%, que é o rendimento implícito para o contrato futuro de eurodólar de junho de 2023. O juro embutido está acima da taxa de 3,4% da quarta-feira.

Operadores disseram que o rendimento implícito pode

ser uma "proxy" da taxa básica, a taxa que os bancos cobram uns dos outros por empréstimos de um dia para atender às reservas exigidas pelo banco central dos EUA.

Esse aumento foi motivado pelos comentários "hawkish" (duros contra a inflação) do chair do Federal Reserve, Jerome Powell, na quinta-feira, disseram analistas.

Os futuros de eurodólar agora apontam que a taxa básica permanecerá acima de 3% até 2025. A última vez que as Fed Funds estiveram em 3% ou mais foi de 2005 a 2008.

O ciclo anterior de alta da taxa pelo Fed, em 2018, atingiu seu pico na faixa entre 2,25% e 2,5%.

Mester, do Fed, quer aumentos "metódicos" dos juros, não gigantes

A presidente do Federal Reserve de Cleveland, Loretta Mester, se contrapôs nesta sexta-feira a expectativas do mercado de que o Fed adotará altas ainda maiores da taxa de juros para ajudar a reduzir a inflação, dizendo que prefere uma abordagem mais "metódica".

"Eu apoiaria neste momento, considerando onde a economia está, um aumento de 50 pontos-base em maio e mais alguns para chegar a esse nível de cerca de 2,5 por cento até o fim do ano", disse Mester na CBNC, referindo-se ao nível de custos de empréstimos que ela acredita que seria "neutro" para a ati-

vidade econômica. Nesse ponto, disse Mester, o Fed poderia avaliar o estado da economia e da inflação para ou pausar o aperto ou promover novos aumentos.

Questionada se apoiaria um aumento de 75 pontos-base, ela disse: "Você não precisa ir lá neste momento".

Nesta sexta-feira, operadores chegaram a precificar dois desses aumentos de juros após uma alta de 0,50 ponto percentual em maio, um dia depois que o presidente do Fed, Jerome Powell, sinalizou uma postura agressiva contra a inflação, ressaltando que, diante da escalada dos preços nos EUA, "é apropria-

do avançar um pouco mais rapidamente".

"Fazer um movimento desproporcional na taxa de juros não me parece realmente o caminho certo a seguir", disse Mester.

"Eu preferiria ser mais deliberativa e mais consistente no aumento da taxa."

MEZ 4 Energia S.A.

CNPJ/MF nº 31.231.479/0001-09

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.437	7.507	Fornecedores	7	2.509	32
Outros ativos circulantes		986	158	Empréstimos e financiamentos	8	7.663	13
Total Ativo do Circulante		8.423	7.665	Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais		206	4
				Adiantamento para futuro aumento de capital	9	—	750
Não Circulante				Outros passivos circulantes		28	12
Ativo de Contrato	6	47.258	2.836	Total do Passivo Circulante		10.406	811
Total do Ativo não Circulante		47.258	2.836	Não Circulante			
				Empréstimos e financiamentos	8	21.404	7.500
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	1.402	84
				PIS e COFINS diferidos	9	1.725	103
				Total do Passivo não Circulante		24.531	7.687
				Patrimônio Líquido			
				Capital social	10	4.075	1.238
				Adiantamento para futuro aumento de capital		8.787	—
				Reserva de lucros		7.882	765
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		55.681	10.501
Total do Ativo		55.681	10.501				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Legal	Reservas de Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019							
Aumento de capital		1.238	—	—	—	—	1.238
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	765	765
Reserva Legal		—	—	38	—	(38)	—
Reserva lucros a realizar		—	—	—	727	(727)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.238	—	38	727	—	2.003
Aumento de capital	10	2.837	—	—	—	—	2.837
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	7.117	7.117
Adiantamento para futuro aumento de capital		—	8.787	—	—	—	8.787
Reserva Legal	10	—	—	356	—	(356)	—
Reserva lucros a realizar	10	—	—	—	6.761	(6.761)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2021		4.075	8.787	394	7.488	—	20.744

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional – A MEZ 4 Energia S.A. (“Companhia” ou “Transmissora”), controlada pela MEZ Energia e Participações Ltda, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 15 de agosto de 2018 e está estabelecida na Avenida Ibirapuera, S/N, Anexo Altura do número 1753 – Indianópolis, São Paulo-SP. A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 25/2018 – ANEEL, datado de 20 de setembro de 2018, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos: • SE 230/69 kV Cruz Alta 2 e seccionamento em 230 kV. Atualmente a Companhia encontra-se em fase de Construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré operacional. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$ 5.206 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA, no mês de julho de cada ano e será passível de revisão tarifária que ocorrerá no 5º, 10º e 15º da Concessão. Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: • **Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)** – Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • **Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D)** – Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. • **Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)** – O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • **Ministério de Minas e Energia (MME)** – Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, a referindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e, portanto, depende dos aportes de capital de seus acionistas e/ou de financiamentos obtidos junto as instituições financeiras para a liquidação de suas obrigações até o momento que passe a gerar seus próprios fluxos de caixa operacionais.

2. Base de preparação – 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 31 de março de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são: (a) Ativo de concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do Ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão. (b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; e (ii) operação e manutenção, da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. (c) Avaliação de instrumentos financeiros – são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados obser-

Demonstração de Resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita Líquida	12	42.801	2.733
Custo operacionais	13	(34.190)	(1.876)
Lucro Bruto		8.611	857
Administrativas e gerais		(56)	—
Despesas Operacionais		(56)	—
Resultado Operacional		8.555	857
Despesa financeira		(18)	(8)
Lucro antes do IRPJ e CSLL		8.537	849
Imposto de renda e contribuição social corrente		(102)	—
Imposto de renda e contribuição social diferido	9	(1.318)	(84)
Lucro líquido do exercício		7.117	765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	7.117	765
Outros resultados abrangentes	—	—
Total do resultado abrangente do exercício	7.117	765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)**

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício		7.117	765
Encargos de empréstimos e financiamentos	8	1.010	13
Variação cambial		1.404	—
Remuneração dos ativos de contrato	6	(2.644)	(51)
Receita de construção	6	(7.588)	(909)
PIS e COFINS diferidos	9	1.621	103
IRPJ e CSLL diferidos	9	1.318	84
Aumento nos ativos		2.238	5

Ativo de contrato	6	(34.190)	(1.876)
Outros créditos		(828)	(159)
Total		(35.018)	(2.035)

Fornecedores	7	2.477	32
Obrigações sociais e trabalhistas		202	4
Adiantamento para futuro aumento de capital		—	750
Outras obrigações		17	12
Total		2.696	798

Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais**(30.084) (1.232)****Fluxo de caixa das atividades de financiamentos**

Aumento de capital	10	2.837	1.238
Adiantamento para futuro aumento de capital		8.037	—
Captação de Empréstimos	8	20.000	7.500
Amortização do principal e juros		(860)	—
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		30.014	8.738
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(70)	7.506
Caixa e equivalentes no início do exercício	5	7.507	1
Caixa e equivalentes no fim do exercício	5	7.437	7.507
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(70)	7.506

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)**

Receitas	31/12/2021	31/12/2020
Receita de Construção	41.778	2.785
Remuneração dos Ativos de Contrato	2.644	51
Receita Operacional	44.422	2.836
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de construção		
Máquinas e Equipamentos	(18.970)	—
Obras Cíveis	(7.746)	—
Pessoal	(68)	—
Material	(2.738)	—
Serviços de terceiros	(2.007)	(959)
Juros capitalizados	(2.414)	(66)
Tributos	(14)	(2)
Adiantamento a fornecedores	(570)	(484)
Terrenos	—	(365)
Outros	(765)	—
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(55)	(1.876)
Valor adicionado bruto	10.178	960
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	10.178	960
Valor Adicionado Total a Distribuir	10.178	960
Distribuição do Valor Adicionado		
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	3.047	188
Total	3.047	188
Remuneração de capitais de terceiros		
Outras	14	7
Total	14	7
Remuneração de capitais próprios		
Lucro do exercício	7.117	765
Total	7.117	765
Valor Adicionado Total Distribuído	10.178	960

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

de concessão. (ii) Receita de remuneração do Ativo de concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente. A taxa de remuneração do ativo de contrato é de 10,32% ao ano. (iii) Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, à medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal. **2.9. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro presumido. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos

continua ...

... continuação		MEZ 4 Energia S.A.		MEZ 4 Energia S.A.																																																									
especificação em 31 de dezembro de 2020 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir: * Os valores abaixo referentes a valor segurado e valor do prêmio estão apresentados em Reais.		<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Descrição da garantia</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Período de vigência:</td> <td>21/09/2018 a 18/08/2023</td> </tr> <tr> <td>Seguradora:</td> <td>Potencial Seguradora S.A.</td> </tr> <tr> <td>Apólice:</td> <td>0306920189907750234073000</td> </tr> <tr> <td>Tipo:</td> <td>Riscos operacionais</td> </tr> <tr> <td>Modalidade:</td> <td>Responsabilidade civil</td> </tr> <tr> <td>Valor segurado*:</td> <td>R\$ 2.926.050,00</td> </tr> <tr> <td>Valor do prêmio*:</td> <td>R\$ 70.350,00</td> </tr> <tr> <td>Período de vigência:</td> <td>21/09/2018 a 18/08/2023</td> </tr> <tr> <td>Seguradora:</td> <td>FairFax Brasil Seguros Corporativos S.A.</td> </tr> <tr> <td>Apólice:</td> <td>046692021100103510006162</td> </tr> </tbody> </table>		Descrição da garantia		Período de vigência:	21/09/2018 a 18/08/2023	Seguradora:	Potencial Seguradora S.A.	Apólice:	0306920189907750234073000	Tipo:	Riscos operacionais	Modalidade:	Responsabilidade civil	Valor segurado*:	R\$ 2.926.050,00	Valor do prêmio*:	R\$ 70.350,00	Período de vigência:	21/09/2018 a 18/08/2023	Seguradora:	FairFax Brasil Seguros Corporativos S.A.	Apólice:	046692021100103510006162	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Descrição da garantia</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Tipo:</td> <td>Riscos operacionais</td> </tr> <tr> <td>Modalidade:</td> <td>Responsabilidade civil</td> </tr> <tr> <td>Valor segurado*:</td> <td>R\$ 30.191.323,97</td> </tr> <tr> <td>Valor do prêmio*:</td> <td>R\$ 26.845,00</td> </tr> <tr> <td>Período de vigência:</td> <td>27/01/2021 a 08/04/2022</td> </tr> <tr> <td>Seguradora:</td> <td>FairFax Brasil Seguros Corporativos S.A.</td> </tr> <tr> <td>Apólice:</td> <td>046692021100101670002171</td> </tr> <tr> <td>Tipo:</td> <td>Riscos operacionais</td> </tr> <tr> <td>Modalidade:</td> <td>Riscos de engenharia</td> </tr> <tr> <td>Valor segurado*:</td> <td>R\$ 37.191.323,97</td> </tr> </tbody> </table>		Descrição da garantia		Tipo:	Riscos operacionais	Modalidade:	Responsabilidade civil	Valor segurado*:	R\$ 30.191.323,97	Valor do prêmio*:	R\$ 26.845,00	Período de vigência:	27/01/2021 a 08/04/2022	Seguradora:	FairFax Brasil Seguros Corporativos S.A.	Apólice:	046692021100101670002171	Tipo:	Riscos operacionais	Modalidade:	Riscos de engenharia	Valor segurado*:	R\$ 37.191.323,97	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Descrição da garantia</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Valor do prêmio*:</td> <td>R\$ 36.709,30</td> </tr> <tr> <td>Período de vigência:</td> <td>27/01/2021 a 08/04/2023</td> </tr> <tr> <td colspan="2">16. Compromissos assumidos – Contrato de EPC – Em 04 de Janeiro de 2021 a MEZ Construções Ltda. e a MEZ 4 Energia S.A., celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), o valor total do Contrato é de R\$9.088.</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;">Maurício Zarzur – CEO Marcos Ernesto Zarzur – CFO Pablo Fernandes da Silva – Contador CRC 1SP 292.416/O-3</td> </tr> </tbody> </table>		Descrição da garantia		Valor do prêmio*:	R\$ 36.709,30	Período de vigência:	27/01/2021 a 08/04/2023	16. Compromissos assumidos – Contrato de EPC – Em 04 de Janeiro de 2021 a MEZ Construções Ltda. e a MEZ 4 Energia S.A., celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), o valor total do Contrato é de R\$9.088.		Maurício Zarzur – CEO Marcos Ernesto Zarzur – CFO Pablo Fernandes da Silva – Contador CRC 1SP 292.416/O-3	
Descrição da garantia																																																													
Período de vigência:	21/09/2018 a 18/08/2023																																																												
Seguradora:	Potencial Seguradora S.A.																																																												
Apólice:	0306920189907750234073000																																																												
Tipo:	Riscos operacionais																																																												
Modalidade:	Responsabilidade civil																																																												
Valor segurado*:	R\$ 2.926.050,00																																																												
Valor do prêmio*:	R\$ 70.350,00																																																												
Período de vigência:	21/09/2018 a 18/08/2023																																																												
Seguradora:	FairFax Brasil Seguros Corporativos S.A.																																																												
Apólice:	046692021100103510006162																																																												
Descrição da garantia																																																													
Tipo:	Riscos operacionais																																																												
Modalidade:	Responsabilidade civil																																																												
Valor segurado*:	R\$ 30.191.323,97																																																												
Valor do prêmio*:	R\$ 26.845,00																																																												
Período de vigência:	27/01/2021 a 08/04/2022																																																												
Seguradora:	FairFax Brasil Seguros Corporativos S.A.																																																												
Apólice:	046692021100101670002171																																																												
Tipo:	Riscos operacionais																																																												
Modalidade:	Riscos de engenharia																																																												
Valor segurado*:	R\$ 37.191.323,97																																																												
Descrição da garantia																																																													
Valor do prêmio*:	R\$ 36.709,30																																																												
Período de vigência:	27/01/2021 a 08/04/2023																																																												
16. Compromissos assumidos – Contrato de EPC – Em 04 de Janeiro de 2021 a MEZ Construções Ltda. e a MEZ 4 Energia S.A., celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), o valor total do Contrato é de R\$9.088.																																																													
Maurício Zarzur – CEO Marcos Ernesto Zarzur – CFO Pablo Fernandes da Silva – Contador CRC 1SP 292.416/O-3																																																													
<p>Aos Cotistas, Diretores e Administradores da MEZ 4 Energia Ltda. São Paulo-SP</p> <p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da MEZ 4 Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da MEZ 4 Energia S.A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico</p>		<p>Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras</p> <p>CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se</p>		<p>causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>São Paulo, 31 de março de 2022</p> <p>KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP 014.428/O-6</p> <p>Fabian Junqueira Sousa Contador CRC 1SP 235.639/O-0</p>																																																									

Wall Street despenca após balanços fracos e clareza sobre altas de juros assustar investidores

Wall Street caiu mais que 2,5% nesta sexta-feira, o que fez com que os três índices fechassem a semana em território negativo, depois que notícias surpreendentes sobre balanços empresariais e certeza crescente em torno da iminência de aumentos agressivos da taxa de juros afetar

investidores.

O índice S&P 500 fechou em queda de 2,77%, a 4.271,78 pontos. O Dow Jones caiu 2,82%, a 33.811,40 pontos. O índice de tecnologia Nasdaq Composite recuou 2,55%, a 12.839,29 pontos.

Foi a terceira semana consecutiva de perdas para os

índices S&P 500 e Nasdaq, enquanto o índice Dow Jones registrou sua quarta queda semanal consecutiva.

O Dow Jones sofreu sua maior queda diária desde outubro de 2020.

As preocupações com os riscos dos aumentos da taxa de juros continuaram a reverberar após a guinada do chair

do Federal Reserve, Jerome Powell, a uma posição mais "hawkish" (dura no combate à inflação), na quinta-feira, quando ele apoiou uma ação mais rápida para conter a alta dos preços e disse que um aumento de 0,50 ponto percentual estaria "na mesa" quando o Fed se reunir em maio.

O índice de volatilidade

da CBOE, também conhecido como o indicador de medo de Wall Street, saltou nesta sexta-feira e terminou em seu nível mais alto desde meados de março.

Todos os 11 principais setores do S&P 500 recuaram, com destaque para a queda de 3,6% em saúde e de 3,7% do setor de materiais. Reuters

Japão quer participação de 20% no mercado global de baterias até 2030

O Japão pretende ter uma participação de 20% no mercado global de baterias recarregáveis em 2030, aumentando a capacidade de produção das empresas do país em quase 10 vezes, para 600 gigawatts-hora (GWh), disse o Ministério da Indústria nesta sexta-feira.

"Vamos intensificar nosso apoio para ajudar a indústria japonesa de baterias a recuperar a participação no

mercado global, que perdeu nos últimos anos na batalha com rivais chineses e sul-coreanos", disse Nobutaka Takeo, diretor do ministério a jornalistas.

A participação de mercado do Japão em baterias de íons de lítio usadas em veículos elétricos caiu para 21% em 2020, ante 40% em 2015, e a fatia do país em baterias usadas em sistemas de armazenamento de energia caiu para 5% em 2020, ante 27%

em 2016, disse o ministério.

O ministro não forneceu um valor para a atual participação de mercado geral do Japão em baterias recarregáveis.

Para a meta de 2030, apresentada pelo ministério em um painel de especialistas para discutir a estratégia do Japão para o mercado de baterias recarregáveis, o país pretende aumentar a capacidade de produção para 150 gigawatts-hora até 2030, de

cerca de 20 gigawatts-hora agora.

O governo japonês também visa expandir a capacidade de produção global dos fabricantes locais para 600 gigawatts-hora até 2030, dos atuais 60 a 70 gigawatts-hora, e visará a comercialização em larga escala de baterias de estado sólido por volta de 2030.

As baterias são fundamentais para o Japão alcançar a neutralidade de carbono em 2050, pois é a tecnologia

mais importante na eletrificação de automóveis e outros dispositivos de mobilidade. Além disso, as baterias recarregáveis são essenciais para ajustar a oferta e a demanda de eletricidade e ajudar o país a aumentar o uso de energia renovável, disse o ministério.

O ministério planeja estabelecer uma estratégia final de ação para o setor até meados deste ano, incluindo medidas concretas de apoio do governo. Reuters

Honda planeja três novas plataformas de veículos elétricos até 2030

A Honda planeja lançar três novas plataformas de veículos elétricos até 2030, sendo uma a ser desenvolvida em conjunto com a General Motors, disse um executivo da companhia nesta sexta-feira.

Shinji Aoyama, chefe

global de eletrificação da Honda, disse à Reuters que a montadora apresentará um mini veículo comercial elétrico no Japão em 2024 baseado em uma nova plataforma. O lançamento será seguido por um outro modelo elétrico na América do Norte em 2026, que será montado em uma

plataforma nova para veículos grandes.

Aoyama disse que uma terceira plataforma, que ele descreveu como tendo "tamanho médio", será compartilhada com a General Motors, a partir de 2027.

As duas empresas disseram no início de abril que

desenvolveriam em conjunto "veículos elétricos acessíveis" para os mercados globais, mas divulgaram poucos detalhes adicionais.

"Se eles serão baseados no design da Honda ou na plataforma da GM ainda não foi decidido", disse Aoyama.

"Não decidimos quais fá-

bricas (ou) o que será produzido", acrescentou.

"Mas vamos compartilhar o processo" de fabricação "para permitir que os carros sejam produzidos em qualquer" fábrica, seja da Honda ou da GM. Reuters

MEZ 8 Energia S.A.

relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros. **a. Categorias de instrumentos financeiros:** Em 31 de dezembro de 2020, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros se aproxima do valor contábil. Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: - Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VIORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e - Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **b. Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros

pela técnica de avaliação:

31/12/2020

Nível Nota Valor contábil Valor justo

Ativos Financeiros		31/12/2020	
Valor justo através do resultado:		Nível	Nota
Caixas e equivalentes de caixa	2	5	183
Passivos Financeiros			
Custo amortizado:			
Fornecedores	-	7	561
Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: • Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). 16. Seguros: A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração. A especificação em 31 de dezembro de 2021 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir: * Os valores abaixo referentes a valor segurado e valor do prêmio estão apresentados em reais.			

Descrição da garantia		BMC Seguros S.A.	
Seguradora:	017412021000107750031592	Executante construtor	Seguro Garantia
Apólice:	R\$ 45.417.650,00	Valor segurado*	R\$ 1.764.021,53
Modalidade:	05/03/2021 a 29/06/2026	Valor do prêmio*:	
Período de vigência:			

DIRETOR	CEO	CONTADOR
Marcos Ernesto Zarzur CPF: 084.742.748-00	Mauricio Zarzur CPF: 367.159.508-65	Pablo Fernandes da Silva CPF: 376.870.978-74 - CRC: 1SP 292416/0-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da MEZ 8 Energia S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da MEZ 8 Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 09 de abril a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras

informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da MEZ 8 Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 09 de abril a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards*

Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** **Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de 09 de abril a 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e cuja a apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada

por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 19 de abril de 2022. KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC SP014428/0-6, Fabian Junqueira Sousa - Contador CRC 1SP235639/0-0.

Como a Binance construiu relações com agência ligada à espionagem russa

Em abril de 2021, a agência de inteligência financeira da Rússia se reuniu em Moscou com o chefe regional da Binance, a maior corretora de criptomoedas do mundo. Os russos queriam que a Binance entregasse dados de clientes, incluindo nomes e endereços, para ajudá-los no combate ao crime, de acordo com mensagens de texto enviadas por um funcionário da empresa a um parceiro de negócios.

Na época, a agência, conhecida como Rosfinmonitoring, ou Rosfin, estava tentando rastrear milhões de dólares em bitcoins levados pelo líder da oposição russa Alexei Navalny, disse uma pessoa familiarizada com o assunto. Navalny disse que os recursos obtidos foram usados no financiamento de esforços para expor a corrupção dentro do governo do presidente russo, Vladimir Putin.

O chefe da Binance na Europa Oriental e Rússia, Gleb Kostarev, consentiu com o pedido da Rosfin de compartilhar dados de clientes, mostram as mensagens. Ele disse ao interlocutor que não tinha "muita escolha" sobre o assunto.

Kostarev não comentou a reportagem. A Binance disse à Reuters que nunca foi contactada pelas autoridades russas sobre Navalny. A empresa afirmou que antes da guerra estava "buscando ativamente cumprir regras da Rússia", o que teria exigido respostas a "pedidos apropriados de reguladores e agências de segu-

rança".

O encontro foi parte dos esforços de bastidores da Binance para construir laços com agências governamentais russas, enquanto a empresa buscava impulsionar os negócios já em crescimento no país, segundo reportagens da Reuters. O relato desses esforços é baseado em entrevistas com mais de 10 pessoas familiarizadas com as operações da Binance na Rússia, incluindo ex-funcionários, ex-parceiros de negócios e executivos da indústria de criptomoedas, e uma revisão de mensagens de texto que Kostarev enviou para pessoas de fora da empresa.

A Binance continuou a operar na Rússia após a ordem de invasão da Ucrânia no final de fevereiro, apesar dos pedidos do governo ucraniano para que a empresa e outras companhias de criptomoedas bloqueassem usuários russos. Outras grandes empresas de pagamentos e fintechs, como PayPal e American Express, interromperam serviços na Rússia desde o início da guerra.

O presidente-executivo da Binance, Changpeng Zhao, conhecido por suas iniciais CZ, disse que é contra a guerra e "os políticos, ditadores que iniciam as guerras", mas não contra "as pessoas de ambos os lados da Ucrânia e da Rússia que estão sofrendo". Zhao não comentou a reportagem. A Binance encaminhou à Reuters declarações anteriores de Zhao sobre o assunto.

Representantes legais da

Binance disseram à Reuters que "o envolvimento ativo da empresa com o governo russo parou devido ao conflito". Na quinta-feira, a Binance disse aos usuários que estava limitando os serviços para grandes clientes na Rússia por causa das últimas sanções da União Europeia a Moscou.

Os volumes de negociação da Binance na Rússia aumentaram desde o início da guerra, mostram dados de uma importante empresa de pesquisa do setor, à medida que os russos se voltaram às criptomoedas para protegerem ativos financeiros de sanções ocidentais e da desvalorização do rublo.

A Binance disse que está implementando as sanções impostas pelos governos ocidentais, mas não "congelará" unilateralmente milhões de contas de usuários inocentes.

LIBERDADE FINANCEIRA:

Desde de seu lançamento há cinco anos em Xangai, a Binance cresceu para dominar o setor de criptomoedas russo, com cerca de 80% de todos os volumes de negociação, mostram dados de mercado. A Binance disse que não comenta "projeções de dados externos" e, como empresa privada, não compartilha essas informações publicamente.

Zhao, em 2019, afirmou aos russos que a missão da Binance era aumentar a "liberdade financeira" e "proteger os usuários". Os russos aderiram à plataforma, vendo-a como uma alternativa ao um sistema bancário do país.

Em linha com um projeto de lei para regular as empresas de criptomoedas, a Binance fez acordo com a Rosfinmonitoring para criar uma operação local na Rússia através da qual as autoridades do país poderiam solicitar dados de clientes, segundo as mensagens de Kostarev analisadas pela Reuters.

Questionada se a empresa havia criado essa unidade, a Binance respondeu: "Se considerarmos estabelecer uma entidade local na Rússia no futuro, a Binance nunca compartilhará dados sem uma solicitação de uma autoridade legítima."

O chefe de gabinete de Navalny, Leonid Volkov, disse à Reuters que a estrutura regulatória proposta pela Rússia pode permitir que o Kremlin identifique os doadores de criptomoedas a grupos de oposição. Desde a prisão de Navalny em janeiro de 2021, sua fundação anticorrupção incentivou publicamente os apoiadores a doarem via Binance, dizendo-lhes que essa era a maneira mais segura de fazer isso porque, ao contrário das transferências bancárias, as autoridades não saberiam a identidade dos doadores.

"Essas pessoas estarão em perigo", disse Volkov, que comanda, da Lituânia, a fundação. "Se a Binance quiser proteger seus clientes", Volkov continuou, ela "nunca deve fazer nada com o governo russo". O Kremlin não comentou sobre a captação de recursos de Navalny ou as operações da Binance.

Em resposta às perguntas da Reuters, a Binance disse que antes da guerra apoiava a legislação. Mas o conflito na Ucrânia e as sanções ocidentais a muitos bancos russos tornaram "praticamente impossível para qualquer plataforma iniciar ou considerar planos futuros na região".

Pessoas próximas à Binance disseram que a empresa apoiava o projeto de lei porque, uma vez aprovado, as corretoras de criptomoedas seriam obrigadas a fazer parceria com bancos russos, permitindo que os clientes depositassem e negociassem significativamente mais recursos.

O Ministério das Finanças disse no início de abril que terminou de redigir o "projeto de lei sobre a regulamentação das moedas digitais". Pessoas envolvidas nas discussões dizem que o governo quer agir rapidamente para transformar o projeto em lei.

Entre as agências que ajudaram na elaboração da lei está a Rosfinmonitoring, responsável pelo combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. Embora nominalmente independente, a unidade atua como um braço do Serviço Federal de Segurança (FSB), o principal sucessor da KGB, da era soviética, disseram cinco pessoas que interagiram com a Rosfin. O diretor da Rosfin, Yury Chikhanchin, é um veterano dos serviços de segurança, de acordo com sua biografia oficial.

Reuters

Negócios

Natura projeta recuo de 13% na receita e recuo de margem no 1º tri



A fabricante de cosméticos Natura&Co divulgou na quinta-feira à noite expectativa de queda de até 13,3% na receita líquida do primeiro trimestre de 2022, impactada pelas contínuas pressões de custos.

A empresa publicou números preliminares e não auditados após tombo da ação na última sessão, diante de rumores de vazamento de informações.

A Natura projeta receita líquida entre 8,20 bilhões e 8,25 bilhões de reais para o trimestre, uma queda de 12,7% a 13,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo fato relevante. A margem Ebitda ajustada deve ficar entre 7,0% e 7,3% em relação ao 10,2% no primeiro trimestre de 2021, disse a empresa.

Às 10h55, as ações da

empresa subiam 0,4%, perdendo boa parte da alta de mais cedo, quando chegou a avançar mais de 2%. O Ibovespa mostrava retração de 1,6%.

A companhia afirmou que continua enfrentando pressões de custo “como resultado do aumento da inflação e dos preços mais altos das commodities”.

Em relatório divulgado quarta-feira após o fechamento do mercado, os analistas da XP Investimentos Danniel Eiger, Gustavo Senday e Thiago Suedt projetaram uma queda de 14,5% em comparação anual na receita líquida consolidada da Natura no primeiro trimestre, com margem Ebitda ajustada de 6,5% e um prejuízo líquido de 222 milhões de reais.

A Natura divulgou números preliminares na sequência de uma queda de 15,6%

de suas ações ordinárias na quarta-feira, a maior baixa do papel desde meados de novembro, em meio a rumores de mercado de que a empresa reportaria números fracos para o trimestre.

“O faturamento reportado pela companhia ficou em linha com o que esperávamos, no entanto, a margem Ebitda ficou entre 1,2 e 1,5 ponto percentual mais pressionada em relação a nossas estimativas”, escreveram analistas da Ativa Investimentos.

A Natura disse que a área de relações com investidores da empresa realizou na quarta-feira “reuniões com analistas de mercado, visando prestar esclarecimentos e informações de forma a auxiliar tais analistas a entender os negócios e as perspectivas da companhia”.

Warner encerrará serviço de streaming CNN+

A Warner Bros Discovery vai encerrar o serviço de streaming de notícias CNN+ menos de um mês após o lançamento.

O serviço, que buscava capitalizar a popularidade do streaming de vídeo e o crescimento das assinaturas de notícias digitais, encerrará operações em 30 de abril. O executivo que ajudou a projetar a estratégia de streaming da CNN, Andrew Morse, também deixará a empresa.

“A CNN será mais forte como parte da estratégia de streaming da WBD, que prevê notícias como uma parte importante de uma oferta mais ampla e atraente, juntamente com conteúdo de esportes, entretenimento e não ficção”, disse o presidente-executivo da CNN Worldwi-

de, Chris Licht, em comunicado. “Portanto, tomamos a decisão de encerrar as operações da CNN+.”

Licht disse que a CNN concentrará recursos em suas principais operações de notícias e na construção da CNN Digital.

A CNN lançou o CNN+ no final do mês passado, uma mistura de rostos conhecidos como Anderson Cooper e Chris Wallace, séries originais e novos recursos como o “Interview Club”. Mas começou devagar, atraindo apenas 10 mil espectadores por dia.

A estreia em 29 de março, antes da fusão da controladora WarnerMedia com o Discovery em 8 de abril, provocou especulações sobre seu destino como um serviço independente.

Reuters



Reuters

Gazprom pode perder um terço de suas exportações de gás para Europa em 2022, estimam analistas



As exportações de gás da estatal russa Gazprom para a Europa podem cair cerca de um terço neste ano devido à crise na Ucrânia, à concorrência com o gás natural liquefeito e aos planos de mudança dos pagamentos para rublos, disseram analistas nesta sexta-feira.

A Rússia responde por cerca de 40% do suprimento de gás europeu, mas o Ocidente vem tentando se livrar do fornecimento russo de energia com crescente urgência desde que o país iniciou na Ucrânia o que classifica como uma “operação militar especial” em 24 de fevereiro.

Os planos de cobrar em rublos as vendas de gás para países “hostis” também prejudicaram as perspectivas de exportação de gás da Rússia, disseram analistas. A Europa

entende que isso equivale a uma “chantagem” e se recusou a aceitar a troca de forma praticamente unânime.

Sergei Kapitonov, do Centro de Energia da Escola de Administração Skolkovo de Moscou, disse que os suprimentos da Gazprom para a Europa podem cair de 40 bilhões a 45 bilhões de metros cúbicos (bcm) este ano, ante cerca de 150 bcm em 2021.

Sindre Knutsson, chefe de pesquisa de mercado de gás da Rystad Energy, disse que os volumes de gasodutos podem retrair ainda mais, “impulsionados por uma vontade dos compradores de se tornarem menos dependentes da Rússia, ou pela Rússia retraindo os volumes, por exemplo, devido a um desacordo sobre qual moeda o gás deve ser pago”.

Ele também não des-

cartou uma interrupção nos fluxos através da Ucrânia se o conflito impedir que as operações do gasoduto continuem com segurança.

A Gazprom não divulgou suas expectativas de exportação de gás para a Europa. A empresa não respondeu a um pedido de comentário.

Os principais consumidores de gás da Gazprom na Europa em 2021 foram a Alemanha, que recebeu 45,8 bcm, a Itália, com 20,8 bcm, e a Áustria, com 13,2 bcm.

Até agora, apenas a Hungria concordou em mudar para o esquema de pagamentos pelo gás em rublos. Uma nota interna da Comissão Europeia na semana passada afirmava que a troca da moeda por compradores da União Europeia quebraria o regime de sanções da UE contra Moscou.

Reuters